



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

JHULIANE KARINE COSTA DE SOUZA

**Mulheres Autoras de Violência: Caracterização dos Casos de Violência
Sexual contra Crianças e Adolescentes Notificados entre 2018 e 2022**

Belém-Pará

2025



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**MULHERES AUTORAS DE VIOLÊNCIA: CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOTIFICADOS
ENTRE 2018 E 2022**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Área de Concentração: Ecoetologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Castro dos Reis

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Milene Maria Xavier
Veloso

Belém-Pará

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

S729m Souza, Jhuliane Karine Costa de, 1998-

Mulheres autoras de violência: caracterização dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes notificados entre 2018 e 2022 / Jhuliane Karine Costa de Souza. — 2025.

Orientadora: Daniela Castro dos Reis

Coorientadora: Milene Maria Xavier

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2025.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Mulheres molestadores de crianças e adolescentes. 4. Mulher ofensora sexual (Crianças e Adolescentes). 5. Violência sexual: Crianças: Adolescentes. I. Título.

CDD - 23. ed. 155.9

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB2/750

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)
- Código de Financiamento 001.**

**This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)
- Finance Code 001.**

**Jhuliane Karine Costa de Souza, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do
Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.**

Contato: Jhuliane Karine Costa de Souza

Mail: jhulianesouza2016@gmail.com

Defesa de Mestrado
Mulheres Autoras De Violência: Caracterização Dos Casos De
Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes Notificados
Entre 2018 E 2022

Aluna: Jhuliane Karine Costa de Souza

Data da Defesa: 13 de agosto de 2025.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Profª Drª Daniela Castro dos Reis (orientadora – UFPA).

Profª Drª Milene Maria Xavier Veloso (coorientadora – UFPA).

Profª Drª Maely Ferreira Holanda Ramos (membro 1 – UFPA).

Profª Drª Mykaella Cristina Antunes Nunes (membro 2 – CH-UFC).

**Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação
Digital no Repositório Institucional da UFPA**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Jhuliane Karine Costa de Souza

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do
Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de
Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Mulheres Autoras De Violência: Caracterização Dos Casos De Violência Sexual Contra
Crianças E Adolescentes Notificados Entre 2018 E 2022

Data da Defesa: 13/08/2025 Área do Conhecimento: Desenvolvimento Humano

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior- Brasil (CAPES)

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- b) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(X) Sim

() Não

Permitir modificações em sua obra?

(X) Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

() Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 31 /10/2025

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Documento assinado digitalmente
 JHULIANE KARINE COSTA DE SOUZA
Data: 31/10/2025 09:59:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Souza, Jhuliane K. C. de (2025). *Mulheres Autoras de Violência: Caracterização dos Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Notificados entre 2018 e 2022*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA, 121 p.

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema social e de saúde pública, podendo causar diversas implicações emocionais e cognitivas. Nas últimas décadas do século XXI, a compreensão do fenômeno e sua relação com a trajetória de vida dos envolvidos (vítimas e autores) tem sido objeto de estudo de pesquisadores. Os estudos concentram-se principalmente nas vítimas, havendo menor produção sobre os autores, sendo que a maioria dessas pesquisas aborda apenas autores do sexo masculino, o que resulta em uma subinvestigação sobre mulheres autoras. A pesquisa tem como objetivo analisar e comparar os casos de violência sexual praticada por mulheres contra crianças e adolescentes, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2018 a 2022. Adotou-se uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, com base em dados documentais. Os dados foram obtidos a partir do banco de dados do SINAN, referentes aos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, e analisados utilizando o software SPSS. Foram realizadas análises descritivas e de associação por meio de testes estatísticos, como o qui-quadrado, Teste Exato de Fisher e a medida Cramér's V, envolvendo características das autoras, das vítimas e das situações de violência. As variáveis de interesse foram organizadas em três grupos: características das autoras (sexo, ciclo de vida, número de envolvidos, uso de álcool, tipo de relação interpessoal com a vítima); características das vítimas (sexo, idade, raça, situação conjugal, escolaridade, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência ou transtorno); e características da violência (estado de notificação, zona e hora da ocorrência, local, repetição do episódio, tipos de violência, tipo de violência sexual e meio de agressão). Para as análises do qui-quadrado, selecionaram-se duas variáveis centrais (número de envolvidos e sexo das autoras), associadas às demais variáveis. Foram analisadas 4.174 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Os resultados descritivos indicaram que a maioria das autoras estava na faixa adulta (25-59 anos), embora houvesse registro significativo de autoras jovens e adolescentes, com prevalência de coautoria. As vítimas foram predominantemente crianças (0-9 anos), especialmente meninas negras. A maior parte das violências ocorreu no ambiente intrafamiliar, com predominância de mães autoras. As características das autoras e das vítimas revelaram padrões distintos conforme o estado analisado, indicando importantes variações regionais quanto ao número de envolvidos, ciclo de vida das autoras e raça das vítimas. Os resultados exploratórios demonstraram associações estatísticas significativas entre o sexo das autoras e o número de envolvidos com características das autoras, das vítimas e do contexto da violência. Destacou-se forte associação entre o número de envolvidos e o sexo das autoras ($\chi^2 = 212,85$; $p < .001$; Cramér's V = 0,714), indicando que a presença de dois ou mais autores tende a incluir, ao menos, um coautor do sexo masculino. O ciclo de vida das autoras influenciou o padrão de coautoria: adolescentes e jovens tendem a agir sozinhas, enquanto mulheres adultas participam mais de coautorias com homens, principalmente em contextos intrafamiliares envolvendo pais, padrastos e mães. O uso de álcool foi mais comum em casos de coautoria de ambos os sexos. Em relação às vítimas, mulheres autoras tendem a vitimizar crianças mais novas (média 7,75 anos), enquanto coautorias envolvem vítimas mais velhas (média 9,29 anos). Crianças foram alvo principal de autoras únicas, e adolescentes, de coautorias. O sexo feminino predominou entre as vítimas

em todas as configurações. A raça das vítimas apresentou associação fraca com o sexo das autoras, sendo mais prevalente em casos com coautoria masculina. A pesquisa evidencia que a violência sexual praticada por mulheres contra crianças e adolescentes, embora menos estudada, apresenta perfis e dinâmicas complexas, marcadas por variações no ciclo de vida das autoras, coautoria predominante com homens e ocorrência em contexto intrafamiliar. As vítimas foram majoritariamente meninas, especialmente crianças pequenas, com nuances regionais relevantes. Esses achados reforçam a necessidade de ampliar o foco investigativo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e seus autores, visando aprimorar políticas públicas e estratégias de prevenção e proteção, contribuindo também para a formação dos profissionais da rede de proteção.

Palavras-chave: Mulheres autoras de violência; violência sexual contra crianças e adolescentes; notificações de violência.

Souza, Jhuliane K. C. de (2025). *Female Perpetrators of Violence: Characterization of Sexual Violence Cases Against Children and Adolescents Reported Between 2018 and 2022*. Master's Dissertation, Postgraduate Program in Behavior Theory and Research. Federal University of Pará, Belém-PA, Brazil, 121 pages.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents is a serious social and public health problem, potentially causing various emotional and cognitive consequences. In the last decades of the 21st century, understanding the phenomenon and its relationship with the life trajectories of those involved (victims and perpetrators) has been the subject of research. Most studies focus primarily on the victims, with less attention given to perpetrators, and the existing research predominantly addresses male perpetrators, resulting in an under-investigation of female perpetrators. This study aims to analyze and compare cases of sexual violence committed by women against children and adolescents, reported in the Notifiable Diseases Information System (SINAN) between 2018 and 2022. A quantitative, descriptive, and exploratory approach was adopted, based on documentary data. The data were obtained from the SINAN database for the states of Amazonas, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, and São Paulo, and analyzed using SPSS software. Descriptive and association analyses were conducted using statistical tests such as the chi-square test, Fisher's exact test, and Cramér's V, considering characteristics of the perpetrators, victims, and the contexts of violence. The variables of interest were organized into three groups: characteristics of the perpetrators (sex, life cycle, number of perpetrators, alcohol use, type of interpersonal relationship with the victim); characteristics of the victims (sex, age, race, marital status, education, sexual orientation, gender identity, disability or disorder); and characteristics of the violence (state of notification, occurrence zone and time, location, repetition, types of violence, type of sexual violence, and means of aggression). For the chi-square analyses, two central variables were selected (number of perpetrators and sex of the perpetrators) and associated with the other variables. A total of 4,174 notifications of sexual violence against children and adolescents were analyzed. Descriptive results indicated that most perpetrators were adults (25–59 years), although a significant number of young and adolescent perpetrators were also recorded, with a prevalence of co-perpetration. The victims were predominantly children (0–9 years), especially Black girls. Most instances of violence occurred in the intrafamilial environment, with mothers being the predominant perpetrators. The characteristics of the perpetrators and victims revealed distinct patterns across states, indicating important regional variations regarding the number of perpetrators, the life cycle of the perpetrators, and the race of the victims. Exploratory results showed statistically significant associations between the sex of the perpetrators and the number of perpetrators with the characteristics of perpetrators, victims, and the context of the violence. A strong association was observed between the number of perpetrators and the sex of the perpetrators ($\chi^2 = 212.85$; $p < .001$; Cramér's $V = 0.714$), indicating that the presence of two or more perpetrators usually includes at least one male co-perpetrator. The perpetrators' life cycle influenced co-perpetration patterns: adolescents and young women tend to act alone, whereas adult women more often co-offend with men, mainly in intrafamilial contexts involving fathers, stepfathers, and mothers. Alcohol use was more common in cases involving co-perpetration by both sexes. Regarding the victims, female perpetrators tended to target younger children (mean age 7.75 years), while co-perpetration involved older victims (mean age 9.29 years). Children were the main targets of solo female perpetrators, while adolescents were more likely targeted in co-perpetrated cases. Female victims predominated in all configurations. Victims' race showed a weak association with the sex of the perpetrators,

being more prevalent in cases of male co-perpetration. This study demonstrates that sexual violence committed by women against children and adolescents, although less studied, exhibits complex profiles and dynamics, marked by variations in perpetrators' life cycles, predominant co-perpetration with men, and occurrence within intrafamilial contexts. The victims were mostly girls, particularly young children, with relevant regional nuances. These findings underscore the need to broaden investigative focus on sexual violence against children and adolescents and its perpetrators, aiming to improve public policies and prevention and protection strategies, while also contributing to the training of professionals in the child protection network.

Keywords: Female perpetrators of violence, child and adolescent sexual abuse, Violence notifications.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição das notificações de Violência Sexual de 2018 a 2022 nos Estados.....	52
Tabela 2: Ciclo de Vida e o Sexo dos(as) prováveis Autores(as) de violência no período de 2018 a 2022.....	54
Tabela 3: Sexo e Ciclo de Vida d(os)as Prováveis Autor(es)as no período de 2018 a 2022.....	55
Tabela 4: Características Biossociodemográficas dos(as) Autores(as) segundo sexo e ciclo de vida nos Estados da federação.....	56
Tabela 5: Características Biossociodemográficas dos(as) Autores(as) segundo número de envolvidos, uso de álcool e vínculo nos Estados da federação.....	58
Tabela 6: Características Biossociodemográficas das vítimas segundo faixa etária, sexo, étnico/racial, deficiência e/ou transtorno nos Estados da federação.....	63
Tabela 7: Características Biossociodemográficas das vítimas segundo escolaridade, situação conjugal, gestação e orientação sexual nos Estados da federação.....	67
Tabela 8: Características das Violências segundo a zona de ocorrência, hora, e recorrência da violência nos estados da federação.....	69
Tabela 9: Características das Violências segundo a Tipos de Violência, violências sexuais e meios de agressão da violência nos estados da federação.....	72

Tabela 10: Associação entre o Número de Envolvidos e as o Ciclo de vida, Vínculo e uso de Álcool em Casos de Violência Sexual.....	75
Tabela 11: Associação entre Sexo dos(as) Autores(as) e o Ciclo de vida, Vínculo e uso de Álcool em Casos de Violência Sexual.....	79
Tabela 12: Associação entre Número de Envolvidos e as Características Biossociodemográficas das Vítimas em Casos de Violência Sexual.....	82
Tabela 13: Associação entre Sexo dos(as) autores(as) e as Características Biossociodemográficas das Vítimas em Casos de Violência Sexual.....	85
Tabela 14: Associação entre Número de Envolvidos e Características das Violências Sexuais.....	89
Tabela 15: Associação entre Número de Envolvidos e Características das Violências Sexuais.....	91
Tabela 16: Associação entre Sexo dos Autores e as Características das Violências Sexuais.....	93
Tabela 17: Associação entre Sexo dos Autores e as Características das Violências Sexuais quanto ao tipo de violência, violências sexuais e meios de agressão.	96

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
Violência e Saúde: a violência contra crianças e adolescentes	18
Autores de Violência: Mulheres enquanto autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes.....	25
Estereótipos de Gênero na Pesquisa de Mulheres Autoras de Violência Sexual.....	31
Características Biopsicossociais	32
Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)	41
Objetivos	45
Método.....	46
Delineamento.....	46
Fonte de Informação (Ficha de Notificação do SINAN).....	46
Aspectos Éticos	48
Procedimentos	48
Procedimentos de Análise	49
Resultados e Discussão.....	51
Violência Sexual Perpetrada por Mulheres contra Crianças e Adolescentes	51
Análise dos dados Descritivos: caracterização geral dos dados	51
Características das Prováveis Autoras	53
Características Biopsicossociais das Vítimas	61
Características das Violências	69
Análise dos dados Exploratórios	74
Características das Prováveis Autoras	74
Características das Vítimas.....	82
Características das Violências	88
Considerações Finais.....	98
Referências.....	105
Anexos	115

Apresentação

Esta proposta de pesquisa dá continuidade aos estudos que envolvem autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, iniciados no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo Grupo de Estudos de Agressor Sexual de Crianças e Adolescentes (EASCA), criado em 2012. Atualmente denominado Grupo de Estudos de Autores de Violência (GEAV), está vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED).

Os estudos direcionados aos autores de violência sexual tiveram início a partir da tese da Prof.^a Dr.^a Daniela Castro dos Reis, intitulada Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de Vida, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, concluída em 2016. Em 2017, a referida tese recebeu Menção Honrosa no Prêmio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fomentando novas discussões e questionamentos. Nesse contexto, o projeto de tese contribuiu para que, em 2014, fosse aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o projeto Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante.

Iniciado como um pequeno grupo de estudos, o GEAV consolidou-se como grupo de pesquisa referência na área do fenômeno da violência, com diversas produções realizadas, como artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros. Em 2019, o projeto Jovens Vítimas e Autores de Agressão Sexual em Mesorregiões do Pará: Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial foi aprovado

sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, ampliando o escopo das investigações e permitindo a análise de jovens autores e vítimas de violência.

Dessa forma, os estudos desenvolvidos pelo LED/GEAV têm como foco principal autores de violência sexual do sexo masculino, abrangendo homens adultos e adolescentes. Entretanto, o presente trabalho propõe-se a investigar a mulher autora de violência, sendo o primeiro, no âmbito do GEAV, a abordar essa temática, com o propósito de contribuir para a discussão do tema e fomentar a criação de políticas públicas sobre o assunto.

Ademais, enquanto pesquisadora, minha trajetória profissional tem se voltado ao aprofundamento sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes, no contexto familiar ou institucional. O interesse pelos autores dessas violências intensificou-se a partir do meu contato com o GEAV/LED, em 2019, originando o Trabalho de Conclusão de Curso Patriarcalismo e Parentalidade na Pesquisa do Fenômeno da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante.

Na sequência dos estudos sobre violações cometidas contra crianças e adolescentes, durante a Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança, voltei-me a investigar como o casamento infantil é percebido pelas adolescentes que o vivenciam, resultando no Trabalho de Conclusão de Residência Casamento Infantil na Região dos Caetés e suas Implicações para o Atendimento Realizado no Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria.

Ambas as pesquisas possibilitaram compreender o desenvolvimento de crianças e adolescentes como um processo relacional, relacionado não apenas ao indivíduo, mas também ao ambiente imediato em que estão inseridas (família, comunidade, escola) e aos contextos mais amplos (cultura, sociedade), em diferentes temporalidades. No mestrado, mantêm-se os questionamentos acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, agora focando nos casos cometidos por mulheres, o que suscitou indagações como: quais as características dos casos notificados de violência sexual praticados por mulheres no Brasil

contra crianças e adolescentes? Qual a faixa etária mais vitimizada por mulheres? Além da violência sexual, quais outros tipos de violência as mulheres cometem contra crianças e adolescentes? Quais as características biopsicossociais das vítimas? A violência sexual está entre as mais frequentes? Existe relação entre as características das vítimas, das autoras e da própria violência sexual?

Compreende-se, entretanto, que estudar as violências perpetradas por mulheres e suas características — especialmente a violência sexual — constitui um dilema social e cultural, pois as mulheres são frequentemente associadas à condição de vítimas, inclusive de violência sexual (Hohendorff et al., 2012).

Assim, para a compreensão e análise do estudo, parte-se do entendimento da violência como um fenômeno socio-histórico que acompanha a experiência humana, manifestando-se tanto como expressão da dinâmica e trajetória de uma sociedade quanto como fenômeno que a influencia (Minayo, 2006). A percepção da violência como um fenômeno complexo, multifacetado e relacionado às transformações sociais possibilita uma compreensão crítica das características dos casos de violência praticada por mulheres.

O modelo ecológico contribui para essa análise, ao explorar a relação entre fatores individuais e contextuais, considerando a violência como produto de múltiplos níveis de influência sobre o comportamento (Krug et al., 2006). Em outras palavras, evidencia a importância da intersecção entre fatores biológicos, individuais, familiares, comunitários, culturais e sociais como elementos essenciais para compreender o fenômeno.

Esse modelo propõe a análise da violência por meio da interação de quatro níveis, que podem favorecer ou não sua ocorrência — tanto na perspectiva da vítima quanto do autor (Dahlberg & Krug, 2006). O primeiro nível, Individual, aborda características pessoais, como fatores biológicos, psicológicos e trajetórias de vida que podem aumentar ou reduzir a probabilidade de sofrer ou praticar violência. O segundo nível, Relações, refere-se às

dinâmicas interpessoais e suas influências. O terceiro nível, Comunidade, diz respeito aos contextos em que as relações sociais se estabelecem. Por fim, o quarto nível, Sociedade, examina os fatores mais amplos que podem influenciar as taxas de violência.

A partir dessa perspectiva, compreende-se a violência como um fenômeno socio-histórico enraizado em uma sociedade hierarquizada e desigual, em que seus atores — vítimas e autores — estão inseridos em um sistema capitalista, racista e patriarcal, no qual predominam a iniciação sexual precoce de meninos, a maturação prematura de meninas para as tarefas domésticas, a romantização das relações conjugais dirigidas às mulheres e a hierarquização entre homens e mulheres, adultos e crianças (Narvaz & Koller, 2006; Veiga & Zanello, 2020).

Diante desse cenário, este projeto de dissertação integra um estudo multicêntrico coordenado pela Prof.^a Dr.^a Luisa F. Habigzang, da PUC do Rio Grande do Sul, intitulado Qualidade de Vínculos e Violência Intrafamiliar no Brasil: Mapeamento Epidemiológico, Fatores de Risco e Proteção e Estratégias de Capacitação Profissional, cujo objetivo é investigar os fatores de risco e proteção relacionados à violência familiar contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos nos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O projeto está estruturado em quatro estudos: (1) Caracterização da Violência Familiar a partir da Análise de Casos Notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); (2) Mapeamento e Investigação de Fatores Individuais, Sociodemográficos e Familiares da Violência Intrafamiliar; (3) Mapeamento de Boas Práticas para Prevenção da Violência Intrafamiliar; e (4) Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologia de Capacitação para Profissionais da Saúde e Assistência Social que Atuam em Casos de Violência Familiar.

Este estudo insere-se especificamente no Estudo 1, Caracterização da Violência Familiar a partir da Análise de Casos Notificados no SINAN, do qual o GEAV participa. A partir dessa parceria, foi possível delinear o presente trabalho, cujo objetivo é analisar os casos de violência sexual praticados por mulheres contra crianças e adolescentes notificados no SINAN no período de 2018 a 2022.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados bancos de registros do SINAN referentes a seis estados brasileiros: Amazonas, Pará, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para a compreensão do fenômeno e a análise dos dados, o trabalho foi dividido em três partes: (1) o aspecto conceitual da violência e da violência sexual contra crianças e adolescentes; (2) a discussão sobre o que a literatura científica descreve acerca das mulheres autoras de violência, com ênfase nas autoras de violência sexual; e (3) a apresentação dos dados empíricos sobre mulheres autoras de violência sexual.

Violência e Saúde: a violência contra crianças e adolescentes

A violência corresponde a um problema de saúde pública e que provoca agravos à saúde física e psicológica dos envolvidos (Rosa et al., 2022; Vanzeler et al., 2021; Veloso et al., 2013). Mais do que uma questão médica, é um fenômeno social e histórico que reflete os valores, as relações de poder e as desigualdades de cada sociedade (Silveria, 2021). A violência afeta profundamente a saúde ocasionando mortes, lesões e traumas físicos, além de agravos mentais, emocionais e espirituais, comprometendo a qualidade de vida (Minayo, 2006), e os processos desenvolvimentais das pessoas envolvidas. Além dos impactos diretos na saúde, a violência expressa também dimensões sociais e estruturais, o que evidencia sua natureza historicamente construída e multifacetada.

A violência é, portanto, um fenômeno historicamente presente nas estruturas sociais, manifestando-se em diferentes contextos e afetando diversos grupos populacionais. No entanto, embora todos estejam suscetíveis à sua vivência, a exposição ao fenômeno não ocorre de maneira homogênea, variando conforme o gênero, faixa etária, condições socioeconômicas, raciais, características psicológicas, entre outros fatores (Mendonça et al., 2020). Essas desigualdades se refletem também nos indicadores globais, que evidenciam a magnitude do fenômeno.

No contexto mundial, a violência constitui uma das principais causas de morte entre pessoas de 15 a 44 anos (Dahlberg & Krug, 2006). De acordo com o Atlas da Violência de 2023 (Brasil, 2023), a violência é a principal causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos. Em 2021, foram registrados 47.847 mil homicídios, sendo que cerca de 50,6% das vítimas possuíam entre 15 e 29 anos (Brasil, 2023). Segundo o Balanço Geral do Disque 100 de 2019, foram registradas cerca de 159 mil notificações de violência. Dessas violências, cerca de 86 mil foram praticadas contra crianças e adolescentes (Brasil, 2019). Diante desses dados, torna-se essencial compreender historicamente as violências que atingem crianças e

adolescentes, reconhecendo que suas formas de expressão variam conforme o contexto e a época.

Ao se estudar a violência contra crianças e adolescentes, observa-se que, embora presente ao longo da história, sua compreensão varia conforme o contexto social e o período analisado. A construção social da infância e a forma como se percebem os direitos e a proteção de crianças e adolescentes sofreram transformações significativas ao longo do tempo, influenciando diretamente as formas de intervenção do Estado, da família e da sociedade civil. A historicidade das práticas sociais evidencia a transitoriedade das percepções sobre a violência — ora naturalizada, ora problematizada — de acordo com os valores e normas de cada época. Nesse sentido, autores como Rizzini, Ariès e Minayo (2001) destacam que a consolidação de uma cultura de proteção à infância e à adolescência está intrinsecamente relacionada às mudanças socioculturais, políticas e jurídicas que moldaram o entendimento contemporâneo dos direitos infantojuvenis e as formas institucionais de enfrentamento das violências dirigidas a esse grupo populacional. Compreendida essa trajetória histórica, é necessário também definir o conceito de violência adotado nas pesquisas contemporâneas, a fim de situar o fenômeno dentro dos marcos conceituais atuais.

A conceituação mais amplamente utilizada atualmente consiste na de Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual a violência consiste no uso intencional de força física, ou a utilização do poder, real ou a ameaça dele, contra si próprio, ou contra o próximo, grupo ou comunidade que venha resultar em morte, ou danos físicos, psicológicos, ou deficiência no desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2006). A OMS classifica a violência em três grandes categorias, conforme as características do autor do ato: violência autoprovocada, interpessoal (doméstica e comunitária) e coletiva (envolvendo grupos políticos, organizações terroristas ou milícias) (Krug et al., 2006). Essa categorização também é adotada nas normativas brasileiras (Brasil, 2016).

Especificamente sobre a violência interpessoal, esta se subdivide em intrafamiliar/doméstica e extrafamiliar/comunitária, sendo a principal diferença o tipo de relação e vínculo estabelecida entre vítima e autor(a) do(a) violência (Brasil, 2011; Silva & Dell'Aaglio, 2016). A violência intrafamiliar caracteriza-se como qualquer ação ou omissão realizada por uma pessoa em função parental que prejudique o bem-estar, integridade física, psicológica, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento da vítima, não restrito ao espaço físico onde a violência ocorre, mas sim as relações estabelecidas entre os participantes (Brasil, 2011).

A violência extrafamiliar contra crianças e adolescentes, por sua vez, refere-se a qualquer forma de violência física, sexual, psicológica ou negligência praticada por indivíduos que não pertencem ao núcleo familiar da vítima ou que não apresentem vínculo parental, como vizinhos, amigos da família, professores, colegas, desconhecidos ou pessoas em posições de autoridade fora do lar (por exemplo, líderes religiosos, cuidadores institucionais, entre outros) (Araujo et al., 2024). Pode ocorrer em diversos contextos — escola, rua, instituições de acolhimento, igrejas, ambientes virtuais — e frequentemente envolve relações de poder ou confiança rompidas. Tais violências são tão graves quanto as intrafamiliares, causando danos profundos ao desenvolvimento físico, emocional, social e psicológico das vítimas. A gravidade e a complexidade dessas manifestações contribuíram para que, a partir da década de 1980, a violência passasse a ocupar um lugar central na agenda da saúde pública.

A centralidade da violência no campo da saúde pública consolidou-se a partir da década de 1980, impulsionando pesquisas voltadas à compreensão de suas causas e estratégias de prevenção, especialmente no que se refere à violência contra crianças e adolescentes (Minayo et al., 2007). No Brasil, o debate sobre o tema ganhou força nesse mesmo período, com o engajamento de movimentos sociais e o processo de redemocratização

(Sanchez & Minayo, 2005; Felizardo et al., 2005). Esses movimentos e avanços políticos possibilitaram a criação de políticas públicas voltadas à proteção infantojuvenil e ao reconhecimento da violência como questão prioritária de saúde e direitos humanos.

Com o objetivo de enfrentar a violência e reduzir seu impacto social, o governo brasileiro implementou diversas ações, destacando-se a criação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), em 1990. Em 2001, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 737, passou a reconhecer oficialmente a violência contra crianças e adolescentes como problema social e de saúde pública, determinando sua notificação obrigatória. Essas iniciativas refletem o reconhecimento, por parte de diferentes setores, de que a violência constitui importante fator de risco ao desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes.

Diversos estudos apontam que a violência representa um importante fator de risco ao desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes, podendo contribuir para problemas emocionais, comportamentais e o surgimento de psicopatologias graves (Minayo et al., 2007; Veloso, 2015).

Dessa forma, a violência contra crianças e adolescentes se caracteriza por todo ato de ação ou omissão, praticadas por pessoas em um estágio biopsicossocial mais avançado, **que provoque dor física ou emocional** (Pfeiffer et al., 2011; Pfeiffer & Waksman, 2017). A literatura (Mendonça et al., 2020; Pfeiffer et al., 2011; Pfeiffer & Waksman, 2017) indica maior prevalência da violência doméstica ou intrafamiliar em relação à extrafamiliar, geralmente praticada por adultos ou responsáveis, permanente ou temporário, ou que possua uma relação de parentesco, dependência, coabitação ou submissão com a criança ou o adolescente (Pfeiffer & Waksman, 2017).

Conforme a Lei nº 13.431/2017, as formas de violência contra crianças e adolescentes incluem a física, psicológica, sexual (abuso, exploração e tráfico de pessoas), institucional e patrimonial (Brasil, 2017). Além disso, a negligência é reconhecida pelo *Estatuto da Criança*

e do Adolescente como uma das formas de violência (Assis, 2006; Brasil, 1990). Estudos apontam que negligência, violência física e sexual são as mais frequentes no ambiente doméstico (Mendonça et al., 2020). Embora essas formas sejam amplamente estudadas, permanece pouco explorada a violência sexual praticada por mulheres — temática central desta pesquisa.

Dentre as diversas manifestações de violência, esta pesquisa focaliza a violência sexual perpetrada por mulheres contra crianças e adolescentes, buscando contribuir para o aprofundamento do debate científico e para a visibilidade desse fenômeno ainda marcado pela invisibilidade social e acadêmica.

Violência Sexual contra crianças e adolescentes

No Brasil e no mundo, a violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido objeto de crescente preocupação, tanto por seu impacto individual quanto social. As pesquisas apontam essa forma de violência como um fator de risco significativo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, configurando-se como um grave problema social e de saúde pública, que pode gerar diversas implicações e consequências emocionais e cognitivas (de Costa et al., 2018; Santos, Pelisoli & Dell’Aglío, 2012). Os efeitos decorrentes desse tipo de violência não são homogêneos: sua gravidade e duração variam conforme características individuais, intensidade, frequência e presença — ou ausência — de redes de apoio social e afetiva (Furniss, 1993; Santos, Pelisoli & Dell’Aglío, 2012).

Em escala global, o cenário é alarmante. Segundo estimativas da UNICEF (2024), aproximadamente 650 milhões de meninas e mulheres foram submetidas à violência sexual durante a infância, enquanto entre 410 e 530 milhões de meninos e homens também vivenciaram experiências semelhantes. Esses números revelam a dimensão universal do problema. No contexto brasileiro, a situação não é diferente: conforme o Balanço Geral do

Disque 100 (2019), foram registradas cerca de 17 mil notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2019).

Apesar da crescente visibilidade do tema, compreendê-lo em profundidade ainda representa um grande desafio para os pesquisadores. A violência sexual contra crianças e adolescentes permanece envolta em tabus e silenciamentos, o que dificulta a discussão e a identificação de seus fatores e protagonistas (Santos, Pelisoli & Dell'Aglio, 2012). Essa dificuldade também se estende ao campo conceitual, pois, como apontam Felizardo et al. (2005), o conceito de violência sexual é complexo e polissêmico, o que gera desafios para sua definição e delimitação teórica.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) oferece uma das conceituações mais amplamente aceitas sobre o fenômeno. Em seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, a OMS define a violência sexual como qualquer ato sexual, tentativa de ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, bem como atos relacionados ao tráfico sexual ou voltados contra a sexualidade de uma pessoa por meio da coação, praticados por qualquer indivíduo, independentemente de sua relação com a vítima (Krug et al., 2002). Essa definição enfatiza a dimensão intencional e coercitiva do ato, destacando o uso do poder como instrumento de violência.

No contexto específico da infância e adolescência, a violência sexual é entendida como todo ato ou jogo sexual com a intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, buscando a satisfação sexual do adulto. Essa categoria abrange tanto relações heterossexuais quanto homossexuais, nas quais o autor da violência encontra-se em um estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado que o da vítima (Souza & Jorge, 2005).

No campo jurídico brasileiro, a Lei nº 13.431/2017 define a violência sexual contra crianças e adolescentes como qualquer conduta que constranja a vítima a praticar ou

presenciar ato libidinoso, incluindo a exposição por meio de imagens, vídeos ou meios eletrônicos. A legislação organiza o fenômeno em três principais categorias: exploração sexual comercial, tráfico de pessoas e abuso sexual (Brasil, 2017). A exploração sexual comercial envolve o uso de crianças e/ou adolescentes em atividades sexuais, presenciais ou virtuais, em troca de remuneração ou benefícios. O tráfico de pessoas, por sua vez, consiste no recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de vítimas, dentro ou fora do território nacional, com a finalidade de exploração sexual. Já o abuso sexual refere-se a todo ato de natureza sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para a satisfação de outrem, podendo envolver conjunção carnal ou outros atos libidinosos, presenciais ou virtuais (Brasil, 2017).

De acordo com Hatzenberger, Habigzang e Koller (2012), a violência sexual contra crianças e adolescentes caracteriza-se pela prática de atividades sexuais que elas não compreendem totalmente, ocorrendo frequentemente entre indivíduos em diferentes estágios de desenvolvimento e maturidade. Essa violência pode acontecer tanto no contexto intrafamiliar quanto no extrafamiliar (Santos, Pelisoli & Dell’Aglia, 2012), embora estudos apontem maior prevalência no ambiente doméstico, especialmente quando ocorre na infância, em situações que envolvem relações de afeto, confiança ou dependência (Ferreira & Moura, 2017).

Os dados nacionais corroboram essa tendência. Segundo registros oficiais do Disque 100 (2019), foram registradas 86 mil notificações de violência contra crianças e adolescentes naquele ano, sendo 17 mil de natureza sexual. Em 49% dos casos, os autores eram padrastos, pais ou tios; em 37%, apresentavam outro tipo de vínculo; e em 1% dos registros, as autoras eram as próprias mães (Brasil, 2019). Além disso, cerca de 45% dos casos ocorreram na residência da vítima e 28% na do suspeito (Brasil, 2019).

Esses números evidenciam tanto a gravidade quanto a subnotificação do fenômeno. Ferreira e Moura (2017) ressaltam que entre 30% e 80% das vítimas apenas revelam a violência na vida adulta, embora a idade média do primeiro episódio situe-se entre 8 e 11 anos. Essa defasagem temporal na revelação reforça a invisibilidade e a dificuldade de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

De modo geral, a literatura e os dados oficiais apontam para uma crescente visibilidade da temática, mas também para lacunas persistentes na compreensão de suas causas e dinâmicas. Diante disso, torna-se essencial estudar o fenômeno a partir da intersecção entre fatores biológicos, individuais, familiares, comunitários e sociais, conforme propõe o modelo ecológico de Krug et al. (2006). Essa abordagem permite compreender a violência sexual como um fenômeno multicausal e interdependente, atravessado por contextos culturais, de gênero e de poder.

A partir dessa perspectiva ampliada, torna-se possível avançar para a análise dos sujeitos envolvidos — em especial das mulheres enquanto autoras de violência sexual —, temática que permanece envolta em invisibilidade e demanda reflexão crítica e desnaturalizadora.

Autores de Violência: Mulheres enquanto autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes

Apesar de reconhecer que a violência sexual deve ser entendida de maneira geral, atravessado por fatores individuais, sociais, culturais e estruturais, estudar este fenômeno complexo é árduo e desafiador. Embora os avanços teóricos e empíricos tenham ampliado o entendimento da violência sexual de modo geral, as investigações ainda se concentram majoritariamente nas vítimas, sendo raras aquelas voltadas aos(as) autores(as) da violência

(Hohendorff et al., 2012; Narvaz & Koller, 2006; Souto et al., 2010). Em contrapartida, as poucas produções direcionadas exclusivamente aos(as) autores(as) de violência concentram-se nos autores do sexo masculino.

A literatura internacional demonstra que a maioria dos estudos sobre autores de violência sexual é produzida em países da América do Norte e da Europa, com 95,6% das publicações redigidas em língua inglesa (Locatelli et al., 2023). Esse cenário reforça a escassez de investigações voltadas a outros contextos socioculturais, como o latino-americano e, particularmente, o brasileiro. Paralelamente, observa-se um expressivo desenvolvimento de estudos sobre os homens autores de violência sexual que exploram aspectos psicossociais, comportamentais e criminológicos desses indivíduos, além de identificar padrões de comportamento, fatores de risco e recorrência da prática (Brown & Kloess, 2020; Costa, 2015; de Costa et al., 2018; Ferraz, 2021; Huss, 2011; Reis, 2016; Silveira, 2021; Ward & Keenan, 1999). Essa predominância evidencia o quanto o conhecimento disponível ainda está ancorado em uma perspectiva masculina.

O levantamento realizado por Reis e Cavalcante (2018) ilustra esse panorama, cujo objetivo foi identificar e caracterizar as produções científicas sobre autores de violência sexual de crianças e adolescentes produzidas entre 1984 e 2013. Dos 56 artigos que atenderam aos critérios de inclusão, 55 (98,3%) consistiram em publicações internacionais no idioma inglês e apenas um artigo (1,7%) nacional, no idioma português. Além disso, desses, 52 (92,8%) concentraram-se em autores do sexo masculino, dois (3,6%) em mulheres autoras e dois artigos (3,6%) apresentaram tanto homens como mulheres enquanto autoras. Reis e Cavalcante (2018) também observaram que a maior parte dessas produções era da área da Psicologia, seguida pelas Ciências da Saúde, Jurídica e Social. As pesquisas concentravam-se em temas como fatores de risco, características psicológicas e cognitivas, aspectos fisiológicos e dados sociodemográficos.

Esses dados dialogam com a revisão de escopo de Locatelli et al. (2023), que analisou 46 artigos publicados entre 2010 e 2019. Dos estudos analisados, 22 (47,8%) abordam mulheres autoras e 36 (78,2%) o sexo masculino enquanto autores da violência. Assim, da literatura examinada, quase metade abordava mulheres autoras, mas, na maioria das vezes, de forma conjunta com homens. Esses dados demonstram que a produção acadêmica sobre as mulheres autoras ainda é incipiente e concentra-se na América do Norte e Europa (Locatelli et al., 2023). Essa lacuna ressalta a necessidade de pesquisas que considerem as especificidades culturais, históricas e sociais do contexto brasileiro, de modo a ampliar a compreensão sobre o fenômeno e romper com sua invisibilização.

Levenson et. al. (2015) destaca o crescente debate na última década sobre a autoria de mulheres na violência sexual contra crianças e adolescentes. O subdimensionamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é de comum acordo entre pesquisadores da temática (Ferreira & Moura, 2017; Mendonça et al., 2020). Esse processo pode ser identificado também nas violências sexuais realizadas por mulheres, a literatura tem demonstrado uma maior prevalência (vitimização) em detrimento a incidência (crimes registrados) em relação a violência sexual perpetradas por mulheres contra crianças e adolescentes (Cartoni & Babchishin, 2016; Gannon & Rose, 2008). Na meta-análise conduzida por Cortoni e Babchishin (2016), que analisou inquéritos e relatórios oficiais de 12 países entre 2000 e 2013, as taxas de denúncia variaram entre 0,4% e 6,8%, enquanto as taxas de vitimização chegaram a 24,4%, revelando um número expressivo de casos não notificados.

As barreiras institucionais e sociais para o reconhecimento da autoria feminina, além dos tabus culturais apresentam-se como um dos empecilhos para a identificação da violência sexual perpetrada por mulheres (Cartoni & Babchishin, 2016; Gannon & Rose, 2008). A compreensão desse fenômeno exige, portanto, uma análise que integre fatores individuais e contextuais — familiares, comunitários, culturais e estruturais —, considerando que as

relações sociais são atravessadas por hierarquias patriarcais, racistas e classistas (Felizardo et al., 2005; Ferraz, 2021; Saffioti, 1997; Souza, 2021). Assim, o tema torna-se relevante para o processo de identificação dos casos de violência e para a capacitação dos profissionais responsáveis pelo acolhimento e atendimento das vítimas, além de buscar contribuir para a criação de políticas e intervenções direcionadas às mulheres autoras de violência sexual.

Sob essa perspectiva, o modelo ecológico contribui para compreender a importância de se estudar os diversos fatores que envolvem a prática da violência, desde a necessidade da centralização das pesquisas que envolvam também as mulheres autoras, tendo em vista que essas foram negadas pela história e ciência como inexistentes ou menos importantes que os feitos de homens (Scott, 1995), mesmo que na posição de autoras de violência (Grilo & Poiares, 2022). As mulheres autoras eram representadas como figuras excepcionais, histéricas ou moralmente desviantes (Scott, 1995; Grilo & Poiares, 2022). Essa representação estereotipada, reforçada por autores como Lombroso e Ferrero (1893), produziu uma leitura patologizante e moralista da mulher criminosa, reduzindo o fenômeno a explicações biológicas e desconsiderando seus determinantes sociais.

A partir do século XX, com o avanço das abordagens pós-modernas nas ciências humanas e sociais, observa-se uma ampliação dos estudos sobre autores(as) de violência. Esses trabalhos passaram a valorizar a compreensão dos mecanismos sociais, simbólicos e estruturais que atravessam a prática da violência e a violência sexual (Vieira, 2018), incluindo aquela perpetrada por mulheres contra crianças e adolescentes (Decou et al., 2015). Assim, as pesquisas passaram a valorizar os mecanismos simbólicos e estruturais que sustentam a violência, abrindo espaço para a chamada criminologia feminista, que busca compreender a mulher autora de violência sob a ótica das relações de gênero (Espinoza, 2002; Gannon & Rose, 2008; Rosa et al., 2022).

As pesquisas contemporâneas descrevem a violência sexual praticada por mulheres contra crianças e adolescentes como um conjunto de atos sexuais que inclui: beijar, acariciar, jogos sexuais, o ato sexual em si, sexo oral, exibicionismo, estimulação, banhar repetidamente a genitália da criança, fazer a vítima temer sua sexualidade, utilização de partes do corpo ou objetos nas genitálias e a exploração sexual de crianças ou adolescentes (Christiansen & Thyer, 2002). Ao mesmo tempo, as produções atuais buscam compreender características dos autores de violência sexual e/ou das vítimas, as principais motivações (Brown & Kloes, 2020; Gannon, Rose & Ward, 2008; Ward & Keenan, 1999) e a trajetória de vida dos autores (Levenson et al., 2015; ten Benseel et al., 2019), as consequências da violência para o desenvolvimento, entre outras (Decou et al., 2015). reconhecendo o caráter multifatorial e polissêmico do fenômeno (Reis, 2016; Rosa et al., 2022).

Esses avanços contribuíram para desmistificar a figura do autor da violência sexual, favorecendo análises que consideram o entrelaçamento entre fatores individuais e contextuais. Na psicologia criminal, essa perspectiva rompe com visões deterministas e propõe compreender os sujeitos como produtos e agentes de sistemas sociais complexos (Huss, 2011). Tal movimento favorece o crescimento de uma análise sistêmica da violência, que considera desde o contexto imediato até fatores distais, além das características individuais dos envolvidos.

Assim, as pesquisas envolvendo mulheres autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes têm sido impulsionadas na última década do século XX. Em uma revisão sistemática da literatura realizada por Brown e Kloess (2020), dentre os períodos de 1900 até o momento presente da pesquisa, 2024, onde buscou-se fornecer uma visão geral do conhecimento atual e da compreensão das motivações das mulheres adultas que cometeram crimes sexuais contra crianças, foi identificado que cerca de 5% das violências sexuais registradas em países como Canadá, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália foram

perpetradas por mulheres. Além disso, com base no relatório divulgado em 2011 pela *National Crime Victimization*, dentre os 181.830 crimes sexuais envolvendo autores, cerca de 33.000 (18%) foram praticados por mulheres (Miller & Marshall, 2019).

Esse crescente interesse pela temática tem instigado pesquisadores do mundo, favorecendo o surgimento de novas pesquisas (Brown & Kloess, 2020; Gannon & Rosa, 2008; Levenson et al., 2015; Miller e Marshall, 2019; Muskens et al., 2011). No entanto, **no contexto brasileiro, esse campo de estudo ainda é incipiente**, e há escassez de dados sistematizados sobre as mulheres autoras de violência sexual (Setubal et al., 2019), embora tais dados comecem a ser sistematizados.

A literatura internacional (Christiansen & Thyer, 2002; Decou et al., 2015; Levenson et al., 2015; ten Bonsel et al., 2019; Mathews et al., 1989; Vandiver & Kercher, 2004) destaca diversos aspectos relacionados às autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentre os principais pontos discutidos pela literatura se encontra a avaliação dos estereótipos de gênero e a influência deles na pesquisa de mulheres autoras de violência sexual (Christiansen & Thyer, 2002; Cortoni & Babchishin, 2016; Goeil et al., 2017). Além disso, evidencia-se também a análise das características demográficas e biopsicossociais das autoras e das vítimas, além da busca pela compreensão no modo de operar a violência, ou seja, as características da violência sexual (Christiansen & Thyer, 2002; Mathews et al., 1989; Vandiver & Kercher, 2004).

Considerando o objetivo desta pesquisa — analisar e comparar os casos de violência sexual praticados por mulheres contra crianças e adolescentes notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2018 e 2022 — serão apresentadas: a avaliação dos estereótipos e as características biopsicossociais. Ambas contribuem significativamente para a compreensão da violência sexual perpetrada por mulheres e dialogam diretamente com os dados empíricos disponíveis no sistema de notificação. Este

estudo, ao analisar e comparar os casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2018 e 2022, busca contribuir para preencher essa lacuna, fornecendo subsídios que permitam compreender as características biopsicossociais e os estereótipos que atravessam a autoria feminina da violência sexual.

Estereótipos de Gênero na Pesquisa de Mulheres Autoras de Violência Sexual

Dentre os fatores que explicam o reduzido número de estudos sobre o tema, destaca-se a força dos estereótipos sociais acerca do que seriam condutas tipicamente femininas e masculinas (Christiansen & Thyer, 2002; Grilo & Poiares, 2022; Levenson et al., 2015). Apesar da crescente discussão sobre a temática na última década, as pesquisas ainda enfrentam entraves culturais e sociais, o que dificulta sua realização (Levenson et al., 2015) e provoca uma subinvestigação da temática, sobretudo quando comparada às investigações sobre a violência sexual perpetrada por homens. Além disso, os estudos que envolvem mulheres autoras têm se concentrado em comparações entre os sexos masculino e feminino (Brown & Kloess, 2020).

A literatura aponta que essa subinvestigação pode estar relacionada à construção social das mulheres enquanto cuidadoras e, portanto, incapazes de praticar violência sexual contra crianças (Christiansen & Thyer, 2002; Brown & Kloess, 2020; Grilo & Poiares, 2022; Levenson et al., 2015). Em casos que envolvem adolescentes do sexo masculino e mulheres adultas, por exemplo, a situação tende a ser romantizada, e o abuso sexual deixa de ser relatado, sendo percebido pela sociedade — e, em alguns casos, até pelos próprios adolescentes — como iniciação ou conquista sexual (Gannon & Rose, 2008). Trata-se de discussões essenciais que precisam ser desmistificadas tanto na sociedade quanto na formação dos profissionais da rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Entre os mitos existentes, Longdon (1993, apud Christiansen & Thyer, 2002) sistematiza sete concepções equivocadas comumente associadas à violência sexual feminina: a) as mulheres não abusam sexualmente, apenas demonstram afeto de forma diferente; b) elas cometem violência sexual apenas em conjunto com seus parceiros; c) abusam sexualmente somente de meninos adolescentes; d) as vítimas estariam fantasiando ou confusas quanto ao gênero do agressor; e) a sedução de um(a) adolescente por uma mulher não seria abuso sexual, pois ambos possuiriam capacidade de consentimento; f) as vítimas de mulheres estariam destinadas a se tornarem autoras de violência; g) por fim, por a violência sexual praticada por mulheres ser considerada rara, a violência perpetrada por homens seria tida como mais grave.

O processo de subinvestigação da temática representa um obstáculo para a intervenção junto às autoras de violência sexual, favorecendo o desenvolvimento de programas de intervenção baseados em pesquisas empíricas com homens autores (Brown & Kloess, 2020). Assim, embora existam diferenças significativas entre homens e mulheres quando se trata da autoria da violência sexual, as mesmas ferramentas de avaliação continuam sendo utilizadas para ambos os grupos (Vandiver et al., 2019).

Diante disso, Goell et al. (2017) ressaltam a importância de uma abordagem centrada no gênero, capaz de contribuir para intervenções, acompanhamentos e formulação de políticas públicas mais condizentes com a realidade. Brown e Kloess (2020) também enfatizam a urgência de pesquisas que explorem mais o tema e reconheçam a necessidade de uma perspectiva de gênero, de modo a desenvolver modelos específicos de intervenção voltados a mulheres autoras de violência sexual contra crianças.

Características Biopsicossociais

Outro aspecto amplamente destacado pela literatura refere-se às características biopsicossociais das autoras de violência sexual, bem como às das vítimas e aos próprios atos

de violência (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gannon & Rose, 2008). A revisão de escopo conduzida por Locatelli et al. (2023) evidencia que a produção científica sobre esse tema é majoritariamente concentrada na América do Norte e na Europa, com 95,6% das publicações em língua inglesa — o que já sinaliza uma assimetria geográfica e cultural no conhecimento disponível, com escassa representatividade de contextos latino-americanos.

Dos 46 artigos analisados por Locatelli et al. (2023), 22 apresentaram características de mulheres autoras de violência sexual. Entre os aspectos observados estão o ciclo de vida das autoras, estado civil, situação conjugal, escolaridade, raça/etnia, ocupação, histórico de violência na infância, uso de álcool ou drogas, reincidência, número de envolvidos, número de vítimas, descrição do ato (como ocorreu) e ocorrência de violências associadas.

O ciclo de vida das autoras, Locatelli et al. (2023) apresenta que cerca de 80,9% das autoras eram adultas, seguidas de 28,5% mulheres adolescentes. Dado que é corroborado ao se verificar a média da idade das participantes de demais estudos. Em uma pesquisa realizada por Ten Binsel et al. (2016) com 223 mulheres autoras de violência sexual registradas no departamento de Correções de Arkansas entre 1995 e 2003, a idade das autoras estavam entre 20 e 32. Em outra pesquisa realizada por Miller e Marshall (2019) ao analisarem 225 autoras que participaram de tratamento enquanto encarceradas no Departamento de Justiça Criminal do Texas entre 2000 e 2013 a média da idade das participantes era de 31 anos com um desvio padrão de 8,32 anos. Wijkman et al (2010) infere que a idade das mulheres autoras está entre 26 e 32 anos.

Quanto às características étnico-raciais, observa-se a prevalência de mulheres caucasianas entre as autoras de violência sexual (Gannon & Rose, 2008; Locatelli et al., 2023; Miller & Marshall, 2019; Wijkman et al., 2010). Essa predominância, contudo, deve ser interpretada com cautela, pois reflete sobretudo o perfil das populações investigadas e não necessariamente uma tendência universal, considerando que a maior parte dos estudos foi

conduzida em países da América do Norte e da Europa (Locatelli et al., 2023). No estudo de Miller e Marshall (2019), por exemplo, as participantes eram majoritariamente caucasianas (64%), seguidas por mulheres hispânicas (19,1%) e afro-americanas/negras (16,9%).

Resultados semelhantes foram observados na revisão conduzida por Locatelli et al. (2023), em que a categoria étnico-racial branca ou caucasiana permaneceu como a mais prevalente (28,5%), enquanto as mulheres negras ou afro-americanas e as latinas ou hispânicas apresentaram proporções equivalentes (19% cada). Além disso, os estudos compilados por esses autores identificaram a presença de um quarto grupo, composto por mulheres asiáticas ou amarelas, que corresponderam a 4,7% da amostra analisada (Locatelli et al., 2023).

A escolaridade é apresentada tanto pelo nível educacional quanto pelo quociente de inteligência (QI). Os estudos destacam dois grupos majoritários: mulheres com ensino médio completo e aquelas que não o concluíram (Augarde & Rydon-Grange, 2022; DeCou et al., 2015; Locatelli et al., 2023; Miller & Marshall, 2019). Entretanto, Ten Bensel et al. (2019) observaram que cerca de 60% das autoras possuíam ensino médio completo ou ensino superior, indicando nível educacional mais elevado em comparação com outras amostras, sugerindo que o nível educacional, isoladamente, não constitui um fator explicativo do comportamento violento.

Além disso, o histórico de ocupação ou trabalho desempenhado pelas autoras é apresentado pela literatura predominantemente enquanto instável, podendo estar desempregada ou recebendo baixa remuneração (Augarde & Rydon-Garanger, 2022; DeCou et al., 2015; Locatelli et al., 2023; Miller & Marshall, 2019). Além de poder apresentar poucas qualificações profissionais (Tozdan et al., 2019).

A verificação dos antecedentes criminais das autoras é analisada por parte da literatura a partir do número de envolvidos na prática da violência sexual, se a mulher autora realizou a violência sozinha ou com outra pessoa. Algumas pesquisas demonstram que as

mulheres que cometeram a violência sexual sozinhas possuem um histórico maior de prisões por outras formas de violência em comparação as mulheres que praticaram o abuso sexual em conjunto (Miller & Marshall, 2019)

Além das características biológicas e sociais das autoras, são apresentadas as características psicológicas delas. As mulheres autoras de violência sexual frequentemente são descritas podendo apresentar altas taxas de psicopatologia (DeCou, 2015; Miller & Marshall, 2019; Tozdan et al., 2019; Wijkman et al., 2010). No estudo realizado por Wijkman et al. (2010), foi identificado nos relatórios psicológicos e psiquiátricos a presença de depressão e depressão com pensamentos suicidas em 44 mulheres, a parafilia foi verificada em 3 arquivos; 47 mulheres apresentaram transtornos de personalidade distribuídos em: 6 com transtorno de personalidade borderline, seis com transtorno de personalidade dependente, 26 sem especificações e as demais com transtornos associados (anti-social e borderline, entre outros).

Corroborando a relevância dos aspectos psicológicos, Marshall e Miller (2019) compararam a psicopatologia e os traços de personalidade de mulheres que praticaram a violência sexual sozinhas e daquelas que o fizeram em coautoria com um parceiro, utilizando o Inventário de Avaliação de Personalidade (PAI). Os resultados indicaram pontuações mais elevadas em sintomas antissociais entre as autoras solo e pontuações mais altas em sintomas depressivos entre as autoras que agiram com um parceiro. Contudo, apesar das diferenças observadas, os testes t realizados pelos pesquisadores não apresentaram significância estatística, revelando tamanhos de efeito pequenos (Cohen's d). Análises complementares mostraram que medidas de agressividade, dominância e cordialidade foram mais frequentes entre as autoras solo, enquanto sintomas de ansiedade e transtornos relacionados à ansiedade foram mais comuns entre aquelas que cometeram o ato em coautoria, também com baixo tamanho de efeito.

Esses achados reforçam que o número de envolvidos na prática da violência sexual constitui uma variável relevante para a compreensão do fenômeno, estando associada às características psicológicas e comportamentais das autoras, bem como às dinâmicas estabelecidas com as vítimas (Gannon & Rose, 2008; Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Bensele et al., 2019). De modo geral, as mulheres autoras de violência sexual são classificadas em dois grupos conforme o seu modo operandi: aquelas que cometem o ato de forma individual (autoras solo ou individuais) e aquelas que o realizam em coautoria com um parceiro, que pode ser do sexo masculino e/ou feminino (coautoras ou coofensoras) (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gannon & Rose, 2008; Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Bensele et al., 2019).

Pesquisas têm demonstrado que as mulheres estão mais propensas a cometer violência sexual em coautoria, geralmente na companhia de um(a) parceiro(a), sendo este predominantemente do sexo masculino (Gannon & Rose, 2008; Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Bensele et al., 2019). Essa dinâmica tem sido interpretada por diversos autores como um reflexo de relações de poder, dependência e submissão, nas quais a mulher pode assumir o papel de coautora em contextos marcados por coerção, adaptação ou cumplicidade afetiva com o parceiro masculino (Gannon & Rose, 2008; Cortoni et al., 2017).

Nos estudos empíricos que analisaram o modo de atuação das autoras, observa-se uma predominância de casos em que a violência sexual é cometida em coautoria. No estudo de ten Bensele et al. (2019), 144 participantes praticaram a violência de forma individual, enquanto 79 a cometeram em grupo ou acompanhadas de outra pessoa. Resultados semelhantes foram observados por Muskens et al. (2011), que identificaram que, entre 60 mulheres autoras de violência sexual, 12 agiram sozinhas e 48 contaram com a participação de outro(a) autor(a). De modo análogo, Miller e Marshall (2016) verificaram que, de uma amostra de 225 mulheres, 135 atuaram de forma individual e 90 em coautoria.

Em relação à forma de violência, a utilização de armas não se mostra frequente entre as autoras, sendo a força física e/ou a aplicação de insultos, chantagens e coerções os meios mais comumente empregados (Augarde & Rydon-Grange, 2022; ten Bonsel et al., 2019). Em uma amostra de 223 participantes, apenas 3,6% apresentaram posse de arma no momento do ato, enquanto 27,4% recorreram à força explícita para consumir a violência (ten Bonsel et al., 2019). Dados similares foram observados por Wijkman et al. (2010), que identificaram que 25% das mulheres utilizaram força física e/ou verbal, incluindo insultos, agressões corporais ou estrangulamento da vítima.

A severidade do ato, por sua vez, é geralmente caracterizada a partir das lesões resultantes e da ocorrência de penetração (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Budd & Bierie, 2020; ten Bonsel et al., 2019). Na amostra de ten Bonsel et al. (2019), 27,8% das acusações corresponderam ao quarto grau — definido como relação sexual entre adultos e adolescentes de 14 ou 15 anos sem uso de força ou com consentimento do adolescente —; 21% consistiram em denúncias de segundo grau, caracterizadas por contato sexual sem penetração com uma adolescente menor de 14 anos; e 13,5% foram de primeiro grau, compreendendo a prática de estupro por meio de força física com a vítima consciente ou de violência praticada com a vítima inconsciente ou incapaz de consentir, seja por deficiência ou sob efeito de alguma substância.

Em estudo realizado por Kane e Eogan (2024) com 95 vítimas de violência sexual cometida por mulheres atendidas em uma unidade de tratamento na República da Irlanda — incluindo crianças, adolescentes e adultos —, 34,7% ($n = 33$) sofreram lesões corporais, genitais e/ou extragenitais, sendo que duas vítimas necessitaram de internação hospitalar. De forma consistente, Budd e Bierie (2020) identificaram que a presença de coautoria masculina aumentava em 1,44 vezes a probabilidade de que a vítima sofresse uma lesão grave em comparação à ausência de lesões. Além disso, a severidade do ato mostrou-se relacionada à

presença de um coautor do sexo masculino, elevando as chances de uso de violência física durante a prática da violência sexual.

Além das características das autoras, as características das vítimas e da própria violência sexual também são descritas por grande parte dos estudos (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Budd & Bierie, 2020; Kane & Eogan, 2024; ten Binsel et al., 2019; Tozdan et al., 2019). Ao se considerar o sexo das vítimas, Gannon e Rose (2008) demonstraram em seu estudo não haver predominância de um sexo específico, podendo as vítimas ser tanto do sexo feminino quanto masculino. Contudo, outros estudos (Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Binsel et al., 2019) apontam que o sexo da vítima parece estar associado ao sexo dos envolvidos: o sexo feminino é mais vitimado quando a mulher autora de violência atua com um parceiro ou coautor, enquanto o sexo masculino é mais frequentemente vitimado por mulheres que agem de forma individual.

Esse padrão pode ser observado na pesquisa de ten Binsel et al. (2019), na qual, entre as participantes da amostra analisada, 79,2% das autoras individuais perpetraram a violência contra vítimas do sexo masculino e apenas 20,8% contra o sexo feminino. Já o grupo composto pelas coautoras apresentou 86,1% de vitimizações de pessoas do sexo feminino e apenas 13,9% do sexo masculino.

Além do número de envolvidos, o sexo das vítimas também se relaciona à severidade do ato, conforme apontado por Budd e Bierie (2020). As vítimas do sexo feminino apresentaram maior propensão a sofrer ferimentos leves ou graves, em comparação às vítimas do sexo masculino, que foram mais propensas a não sofrer lesões. Ou seja, a coocorrência entre violência sexual e violência física mostrou-se mais significativa entre as vítimas do sexo feminino, sugerindo ações mais violentas dirigidas a elas e práticas mais coercitivas em relação às vítimas do sexo masculino (Budd & Bierie, 2020).

Quanto à idade das vítimas, Budd e Bierie (2020) identificaram que 31% tinham entre 13 e 17 anos, 27% entre 0 e 5 anos e 23% entre 6 e 12 anos. Miller e Marshall (2019) observaram uma média de 11,9 anos ($DP = 4,6$) para as vítimas de coautoras e de 11,21 anos ($DP = 4,4$) para aquelas vitimadas por autoras individuais. Já em ten Bensel et al. (2019), a média de idade das vítimas foi de 14,35 anos para as autoras solo e de 12 anos para as autoras que perpetraram a violência em coautoria com um parceiro.

Quanto à relação estabelecida com a vítima, observa-se que as mulheres são, em sua maioria, conhecidas das pessoas vitimizadas, ocupando frequentemente posições de cuidado, como mães, parentes ou babás (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gannon & Rose, 2008). Esses estudos indicam que o papel de cuidadora exercido pelas mulheres pode contribuir para a ocorrência da violência sexual, mesmo quando não há vínculo de parentesco com a vítima.

Embora a violência sexual cometida por mulheres ainda seja um tema envolto em tabus, observa-se, nas últimas décadas, um avanço no conhecimento e na discussão sobre a temática (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Budd & Bierie, 2020; Kane & Eogan, 2024; ten Bensel et al., 2019; Tozdan et al., 2019). No entanto, quando se considera o contexto nacional, ainda se verifica escassez de pesquisas sobre o assunto (Setubal et al., 2019), o que evidencia a importância de ampliar o debate e promover estudos voltados à identificação dos casos de violência, bem como à capacitação dos profissionais responsáveis pelo acolhimento das vítimas. Mostra-se igualmente necessário o desenvolvimento de pesquisas que explorem a trajetória de vida das autoras de tais atos.

Dessa forma, considerando o objetivo desta pesquisa — analisar e comparar os casos de violência sexual praticados por mulheres contra crianças e adolescentes notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2018 a 2022 —, e diante das particularidades biopsicossociais que permeiam o perfil dessas autoras, torna-se evidente a necessidade de instrumentos que possibilitem a identificação, o registro e a análise

dessas ocorrências de maneira qualificada. Nesse sentido, o sistema de informação de agravos de notificação configura-se como uma ferramenta fundamental para a vigilância e compreensão das dinâmicas que envolvem tais violações, contribuindo para a formulação de políticas públicas e estratégias de enfrentamento mais eficazes.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

O levantamento da literatura sobre a violência cometida contra crianças e adolescentes demonstra que, além de comprometer o desenvolvimento integral, essa é uma das principais causas de mortalidade nesse grupo (Silva & Dell’Aglío, 2016; Silva, 2015; Veloso, 2015). De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025), somente em 2023, 21.856 jovens foram vítimas de homicídios, o que corresponde a uma média de 60 jovens assassinados por dia no país. Esses dados reforçam a gravidade da violência enquanto fenômeno social e de saúde pública, demandando ações intersetoriais que promovam a prevenção e a proteção da vida. Nesse cenário, o Sistema Único de Saúde (SUS) assume papel central na promoção dos direitos à vida e à saúde, desenvolvendo políticas e estratégias voltadas ao enfrentamento das violências. Entre essas medidas destaca-se a Política Nacional de Redução de Mortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV), aprovada em maio de 2001, que representa um marco na institucionalização da vigilância e prevenção desses agravos.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a comunicação dos casos de violência passou a ser obrigatória, constituindo-se em importante instrumento de garantia de direitos. No âmbito da saúde, uma das primeiras medidas do Ministério da Saúde foi a Portaria nº 1.968/2001, que dispõe sobre a notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violência contra crianças e adolescentes atendidos nas unidades do SUS. Essa normativa inaugurou um processo de sensibilização dos serviços de saúde para o registro e a vigilância das violências, ampliando a responsabilidade institucional no enfrentamento do problema.

Somente em 2006, no entanto, foi implementado o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela (VIVA), por meio da Portaria nº 1.356/2006, configurando-se como um avanço significativo na consolidação das ações de vigilância

epidemiológica. O VIVA foi estruturado em duas modalidades: a vigilância contínua (VIVA-Contínuo/SINAN) e a vigilância sentinela (VIVA-Sentinela) (Brasil, 2016). A primeira contempla os casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas, enquanto a segunda se refere ao monitoramento de violências e acidentes registrados em emergências hospitalares.

A notificação no âmbito do VIVA-Contínuo é de responsabilidade das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e, embora não constitua uma denúncia policial, é uma ferramenta essencial para o monitoramento dos casos. Qualquer pessoa pode realizar a notificação, porém, quando se trata de situações envolvendo crianças e/ou adolescentes, a obrigatoriedade recai sobre o profissional de saúde, que deve preencher a Ficha de Notificação (Anexo 1) em três vias: uma permanece no serviço de origem, outra é encaminhada ao setor municipal responsável pela Vigilância Epidemiológica de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) e a terceira é direcionada ao Conselho Tutelar (Brasil, 2011; Veloso, 2015). As informações coletadas são posteriormente inseridas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), implementado em 2006, permitindo o acompanhamento e a análise epidemiológica dos casos.

O VIVA-Contínuo tem como propósito favorecer a articulação e integração da rede de proteção e atenção às pessoas em situação de violência, fortalecendo o diálogo entre os setores da assistência social, saúde, educação e justiça (Brasil, 2016). A partir da Portaria nº 104/2011, posteriormente complementada pela Portaria nº 1.271/2014, a notificação passou a compor a lista nacional de agravos de notificação compulsória, ampliando o alcance da vigilância e contribuindo para o planejamento e formulação de ações preventivas e interventivas.

Os dados oriundos do SINAN têm possibilitado a realização de pesquisas que aprofundam a compreensão sobre a violência praticada contra crianças e adolescentes

(Paungartner et al., 2020; Vanzeler et al., 2021; Veloso et al., 2021; Veloso, 2015), subsidiando políticas públicas e estratégias de enfrentamento mais condizentes com a realidade local. Apesar desses avanços, persistem desafios no processo de notificação e registro, como a falta de preparo dos profissionais de saúde, o receio diante dos agressores e a insatisfação com a atuação dos conselhos tutelares (Veloso, 2015). Tais fatores contribuem para a subnotificação e comprometem a efetividade da vigilância.

Ademais, a ausência de um sistema unificado de registros sobre violência no país limita a abrangência das informações referentes aos autores das agressões, que, no caso do SINAN, se restringem às variáveis de ciclo de vida, vínculo com a vítima e uso de álcool. Outras características relevantes — como etnia/raça, escolaridade e ocupação, especialmente quando o(a) autor(a) reside com a vítima — não são contempladas na ficha de notificação, o que restringe a compreensão do fenômeno.

Mesmo diante dessas limitações, o presente estudo busca contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a violência sexual praticada por mulheres contra crianças e adolescentes, por meio da análise dos casos notificados no SINAN entre os anos de 2018 e 2022, considerando as especificidades desse tipo de violência e suas implicações para a rede de proteção e atenção às vítimas.

Considerando o exposto, observa-se que os avanços nas políticas públicas de vigilância e notificação da violência no Brasil possibilitaram o acesso a dados relevantes para a compreensão do fenômeno, ainda que persistam lacunas quanto à caracterização dos autores e às circunstâncias que envolvem os casos. Assim, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) constitui-se em uma importante fonte de dados secundários para a investigação científica, especialmente quando o objetivo é compreender as configurações da violência a partir de registros oficiais. Diante disso, a presente pesquisa fundamenta-se na

análise desses dados, cujos procedimentos metodológicos, critérios e etapas de construção são detalhados a seguir.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar os casos de violência sexual praticado por mulheres, contra crianças e adolescentes, notificados no Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2018 a 2022.

Objetivo específico

Caracterizar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes cometidas por mulheres nos Estados do Amazonas, Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo no período de 2018 a 2022, identificando as características das autoras de violência, vítimas e das situações de violência.

Analisar a relação entre as características das prováveis autoras de violência sexual com as características das vítimas e das violências.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa dos dados, de caráter descritivo e exploratório, com natureza documental. A pesquisa documental corresponde à utilização de arquivos que ainda não foram analisados ou sistematizados (Kripka et al., 2015; Fonseca, 2002). De acordo com Kripka et al. (2015), esse tipo de pesquisa contribui para a investigação de fenômenos já ocorridos e que se estendem ao longo do tempo, possibilitando traçar um percurso histórico e identificar mudanças sociais e culturais em torno do fenômeno estudado.

Fonte de Informação (Ficha de Notificação do SINAN)

O estudo foi realizado a partir dos dados obtidos no banco de registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) dos estados do Amazonas, Pará, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O banco de dados do SINAN é alimentado a partir das notificações coletadas por meio da Ficha de Notificação Individual (Anexo 1).

A ficha possui 69 itens, além de um espaço destinado a informações complementares, no qual o profissional responsável pelo preenchimento pode inserir o nome do acompanhante da vítima, o vínculo ou grau de parentesco e observações adicionais obtidas durante o atendimento.

Os 69 itens estão distribuídos em dez tópicos: dados gerais; notificação individual; dados da residência; dados da pessoa atendida; dados da ocorrência; violência; violência sexual; dados do provável autor da violência; encaminhamentos; e dados finais.

O primeiro tópico, Dados Gerais, compreende nove subitens: tipo de notificação; agravo/doença; data da notificação; UF (estado); município; unidade notificadora; nome da unidade notificadora; unidade de saúde responsável; e data da ocorrência da violência.

O segundo tópico, Notificação Individual, inclui nove subitens: nome do paciente; data de nascimento; idade; sexo da vítima; gestante (tempo de gestação); raça/cor; escolaridade; número do cartão do SUS; e nome da mãe.

O terceiro tópico, Dados de Residência, contém 14 subitens: UF; município; distrito; bairro; logradouro e código; número; complemento; georreferenciamento (campos 1 e 2); ponto de referência; CEP; telefone; zona (residência); e país.

O quarto tópico, Dados da Pessoa Atendida, abrange nome social; ocupação; situação conjugal; orientação sexual; identidade de gênero; presença de deficiência ou transtorno; e especificação do tipo, quando existente.

O quinto tópico, Dados da Ocorrência, contempla estado e município da ocorrência; distrito; bairro; logradouro; número; complemento; georreferenciamento (campos 3 e 4); ponto de referência; zona da ocorrência; hora; local; reincidência; e se a lesão foi autoprovocada.

O sexto tópico reúne informações sobre a violência, incluindo motivação, formas e meios de agressão.

O sétimo tópico, Violência Sexual, é preenchido quando a violência é de natureza sexual, especificando o tipo (assédio, estupro, pornografia infantil, exploração sexual, outros) e os procedimentos realizados pela equipe.

O oitavo tópico contempla os dados do provável autor(a), tais como número de envolvidos, vínculo com a vítima, sexo, suspeita de uso de álcool e ciclo de vida.

O nono tópico descreve os encaminhamentos realizados durante o atendimento; e o décimo tópico, Dados Finais, aborda se a violência está relacionada ao trabalho, a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), a circunstância da lesão e a data de encerramento do atendimento.

Aspectos Éticos

A pesquisa integrou o projeto multicêntrico intitulado “Qualidade de Vínculos e Violência Intrafamiliar no Brasil: Mapeamento Epidemiológico, Fatores de Risco e Proteção e Estratégias de Capacitação Profissional”, especificamente o Estudo 1: “Caracterização da Violência Familiar a partir da Análise de Casos Notificados no SINAN”.

Foi solicitado o acesso aos bancos de dados dos Centros Estaduais de Vigilância em Saúde referentes ao período de 2018 a 2022, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), emitida em 25 de janeiro de 2023, sob o protocolo CAAE 65608822.2.0000.5336 e parecer nº 5.863.373 (Anexo 2).

Procedimentos

Procedimento De Coleta

Os dados foram coletados junto aos Centros Estaduais de Vigilância em Saúde – Núcleo de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis – de cada estado. A coleta foi organizada individualmente por subgrupos de pesquisa distribuídos nos estados participantes. Cada subgrupo protocolou requerimento nas secretarias estaduais de saúde solicitando acesso aos bancos de dados das notificações realizadas entre 2018 e 2022.

Foram obtidos os bancos de dados dos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os dados do Pará e do Rio de Janeiro foram disponibilizados em maio de 2022; os do Ceará e do Distrito Federal, em junho de 2022; os de São Paulo e do Rio Grande do Sul, em julho de 2022; e o acesso ao banco do Amazonas foi concedido em novembro de 2023.

Neste estudo, foram analisados os dados de seis estados: Amazonas, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Crêterios de Inclusão

A amostra foi composta por notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, nas quais o sexo feminino, na faixa etária de 10 a 60 anos ou mais, foi indicado como provável autora.

Crêterios de Exclusão

Foram excluídas da amostra as notificações referentes à violência autoprovocada e aquelas que apresentavam exclusivamente autores do sexo masculino .

Procedimentos de Análise

Os dados foram inicialmente organizados em planilhas no Microsoft Excel e, posteriormente, exportados para o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), onde passaram por análises descritivas e explor rias.

Na etapa descritiva, foram calculadas frequências absolutas e relativas, além de medidas de tendência central e dispersão, considerando as variáveis relacionadas às autoras, às vítimas e   situação de violência distribuídas entre os estados participantes, considerando as variáveis:

a) Prováveis autoras – sexo; ciclo de vida (adolescente entre 10 e 19 anos; jovem entre 20 e 24 anos, adulto entre 25 e 59 anos e idoso com 60 anos ou mais); número de envolvidos (um, dois ou mais); uso de álcool; e tipo de relação com a vítima;

b) Vítimas – faixa etária; sexo; características étnico-raciais; presença de deficiência e/ou transtorno; situação conjugal; escolaridade; orientação sexual; e identidade de gênero;

c) Situação da violência – estado de notificação; zona da ocorrência; hora; local; reincidência; motivação; tipos de violência; tipo de violência sexual; e meio de agressão.

A análise explor ria buscou identificar possíveis relações entre as características das prováveis autoras, das vítimas e das violências, utilizando o teste qui-quadrado (χ^2) para verificar associações entre variáveis categóricas (Dancey & Reidy, 2019).

A força dessas associações foi medida pelo Cramer's V, que varia de 0 (ausência de associação) a 1 (associação perfeita). Considerou-se associação fraca ($V < 0,10$), moderada ($0,10-0,30$) e forte ($> 0,30$), com interpretação ajustada ao número de graus de liberdade. Quando as condições do qui-quadrado não foram atendidas (frequências esperadas menores que 5), utilizou-se o Teste Exato de Fisher, mais apropriado para amostras pequenas. O Cramer's V complementou os resultados, indicando a intensidade da relação, enquanto o Teste Exato de Fisher garantiu a robustez estatística das análises.

As variáveis utilizadas para a análise exploratória consistiram em: a) Prováveis autoras – sexo; ciclo de vida (adolescentes e adultos); número de envolvidos; uso de álcool; e tipo de relação com a vítima (intrafamiliar ou extrafamiliar); b) Vítimas – ciclo de vida (criança: 0–9 anos; adolescente: 10–19 anos); sexo; características étnico-raciais (negro, não negro); deficiência e/ou transtorno; orientação sexual; c) Situação da violência – local da ocorrência; tipos de violência (sexual e coocorrente); tipos de violência sexual; e meios de agressão.

Resultados e Discussão

Violência Sexual Perpetrada por Mulheres contra Crianças e Adolescentes

A presente seção tem por objetivo apresentar e discutir os principais resultados obtidos a partir da análise dos registros de violência sexual praticada por mulheres contra crianças e adolescentes, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A sistematização dos dados permitiu identificar características biossociodemográficas das autoras, os vínculos estabelecidos com as vítimas, bem como elementos contextuais das ocorrências, como o uso de álcool psicoativas e a eventual participação de coautores.

A análise estatística, articulada ao referencial teórico, possibilitou refletir sobre os padrões e singularidades desses casos — frequentemente negligenciados nas políticas públicas e subestimados no imaginário social. Dessa forma, os resultados são apresentados de maneira descritiva e analítica, sendo discutidos à luz das produções acadêmicas que problematizam a autoria feminina da violência sexual e os mecanismos que contribuem para sua invisibilidade social e institucional.

Assim, após a exposição dos dados gerais, a análise descritiva e exploratória permitiu identificar as características das autoras, as características das vítimas e as especificidades associadas às formas de violência registradas, buscando compreender as inter-relações entre esses elementos.

Análise dos dados Descritivos: caracterização geral dos dados

Entre os anos de 2018 e 2022, foram identificadas 1.060.424 notificações de violência registradas nos seis estados analisados: São Paulo (562.603), Rio de Janeiro (215.102), Rio Grande do Sul (134.560), Ceará (70.002), Pará (47.605) e Amazonas (30.552).

Desse total, 353.574 notificações (33,34%) apresentaram o sexo feminino como provável autora da violência, distribuídas da seguinte forma: São Paulo (186.598), Rio de Janeiro (74.126), Rio Grande do Sul (54.511), Ceará (25.188), Pará (7.041) e Amazonas (6.109).

Entre essas notificações, 173.804 (49,1%) foram classificadas como violência autoprovocada, enquanto 179.770 (50,9%) correspondiam a violências interpessoais — isto é, situações em que o ato foi cometido contra outra pessoa. Dentre as violências interpessoais, 55,4% (n = 99.581) tiveram como vítimas crianças e adolescentes, evidenciando a relevância dessa faixa etária para a compreensão da dinâmica das autoras.

Essas 99.581 notificações estavam distribuídas entre os estados da seguinte maneira: São Paulo (37.375), Rio de Janeiro (31.554), Rio Grande do Sul (15.996), Ceará (9.201), Amazonas (2.803) e Pará (2.652).

A partir desse universo, a presente pesquisa selecionou 4.174 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, registradas entre 2018 e 2022 nos seis estados investigados. A Tabela 1 apresenta a distribuição das notificações por unidade federativa, com suas respectivas frequências absolutas e relativas

Tabela 1

Distribuição das notificações de Violência Sexual de 2018 a 2022 nos Estados

Estado	2018	2019	2020	2021	2022	Total
	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>
SP	322(7,7)	435(10,4)	335(8,0)	377(9,0)	506(12,1)	1.975(47,3)
RJ	122(2,9)	118(2,8)	142(3,4)	152(3,6)	196(4,7)	730(17,5)
RS	95(2,3)	114(2,7)	120(2,9)	105(2,5)	140(3,4)	574(13,8)
PA	71(1,7)	90(2,2)	81(1,9)	71(1,7)	105(2,5)	418(10,0)
CE	73(1,7)	45(1,1)	35(0,8)	66(1,6)	64(1,5)	283(6,8)
AM	38(0,9)	48(1,1)	33(0,8)	35(0,8)	40(1,0)	194(4,6)
Tota l	772(17,3)	921(20,4)	791(17,9)	853(19,3)	1135(25,2)	4.174(100)

A análise dos dados de notificações de violência contra crianças e adolescentes, referentes ao período de 2018 a 2022, evidenciou a persistência de elevados índices de violação de direitos, com destaque para a violência sexual, que se mostra como uma das formas mais recorrentes e gravosas. A expressiva incidência desse tipo de violência, aliada à sua manutenção ao longo dos anos observados, indica não apenas a magnitude do problema, mas também a complexidade de suas dinâmicas, atravessadas por fatores individuais, familiares, institucionais e estruturais (Vieira, 2018).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível aprofundar a análise das características dos(as) autores(as) envolvidos(as) nesses casos, conferindo especial atenção às mulheres enquanto prováveis autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes, a fim de compreender melhor os contextos e padrões dessa prática ainda pouco visibilizada nas políticas públicas e na literatura científica.

Características das Prováveis Autoras

As informações contidas na Ficha de Notificação sobre os(as) autores(as) de violência sexual contra crianças e adolescentes incluem aspectos como o sexo das autoras, o ciclo de vida, o número de envolvidos, o uso de álcool e o tipo de relação interpessoal estabelecida entre autora e vítima.

Entre os anos de 2018 e 2022, foram registradas 4.174 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes nas quais ao menos um(a) dos(as) autores(as) do ato apresentava sexo biológico feminino. Entre as variáveis disponibilizadas no banco de dados, destaca-se o ciclo de vida das autoras, categorizado em adolescente, jovem, adulta e idosa, além do sexo do(a) autor(a), conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2

Ciclo de Vida e o Sexo dos(as) prováveis Autores(as) de violência no período de 2018

a 2022

Variáveis	<i>f</i>	%
Ciclo de Vida		
Adolescente	785	18,8
Jovem	361	8,6
Adulto	2.092	50,1
Idoso	101	2,4
Ignorado	835	20,0
Sexo do(a) autor(a)		
Feminino	2.271	54,4
Ambos os sexos	1.903	45,6
Total	4.174	100,0

Como principal ciclo de vida, destacam-se as autoras adultas, que corresponderam a 40,1% (n = 2.092) das notificações, seguidas pelas mulheres adolescentes, com 18,8% (n = 785), jovens, com 8,6% (n = 361), e, por fim, mulheres idosas, com 2,1% (n = 101). Essa distribuição se relaciona aos achados de Locatelli et al. (2023), segundo os quais as mulheres adultas também figuraram como as principais autoras de violência sexual, seguidas por adolescentes, crianças e idosas.

Ao analisar as informações presentes nas fichas de notificação referentes aos(às) autores(as) de violência, observa-se que a forma como os dados são registrados no Sistema Único de Saúde (SUS) compromete a análise e a compreensão da idade das autoras, em virtude da ausência do dado numérico correspondente. Essa lacuna impossibilita o cálculo da média de idade, restringindo a caracterização do perfil etário. Assim, recomenda-se que, quando essa informação estiver disponível no momento do registro, seja coletada de maneira mais rigorosa, podendo ser inserida no campo de informações adicionais da ficha ou em um espaço específico ao lado da variável “ciclo de vida” dos(as) autores(as).

Considerando essas limitações e com o intuito de tornar a análise mais precisa, optou-se por reagrupar as faixas etárias em categorias mais amplas. Dessa forma, o ciclo de vida das autoras, anteriormente categorizado em crianças, adolescentes, jovens, adultas e idosas, foi reorganizado em dois grandes grupos: adultas (compreendendo jovens, adultas e idosas) e não adultas (adolescentes). Estas últimas correspondem a mulheres entre 10 e 19 anos, conforme apresentado na Tabela 3.

Além disso, a Tabela 3 evidencia a maior frequência de notificações envolvendo mulheres autoras, em comparação àquelas que registraram autoria de ambos os sexos.

Tabela 3

Sexo e Ciclo de Vida d(os)as Prováveis Autor(es)as no período de 2018 a 2022

Variáveis	<i>f</i>	%
Ciclo de Vida		
Não Adulto	785	18,8
Adulto	2.554	61,2
Ignorado	835	20
Sexo do(a) autor(a)		
Feminino	2.271	54,4
Ambos os sexos	1.903	45,6
Total	4.174	100,0

Na Tabela 8, observa-se que, em relação ao sexo dos(as) autores(as), aproximadamente 54,4% (n=2.271) dos casos envolveram autoria exclusivamente feminina, enquanto 45,6% (n=1.903) corresponderam a casos com coautoria de ambos os sexos (feminino e masculino). Esses resultados corroboram estudos prévios (Gannon & Rose, 2008; Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Bonsel et al., 2019), que discutem a ocorrência de violência sexual perpetrada unicamente por mulheres, inclusive em percentuais superiores aos registrados em situações de coautoria masculina.

Além disso, tais dados reforçam evidências empíricas da literatura, que apontam para uma maior tendência das mulheres em praticar violência sexual na presença de um coautor do

sexo masculino — um padrão distinto daquele observado entre autores masculinos, que mais frequentemente agem isoladamente (Gannon & Rose, 2008; Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Bonsel et al., 2019).

Em corroboração aos dados analisados, em uma pesquisa realizada por Miranda et al (2020), a partir dos dados coletados do SINAN, demonstrou a predominância da autoria do sexo feminino (correspondendo a 2%) em comparação a atuação de ambos os sexos (0,7%) na realização da violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2010 a 2017 no estado de Pernambuco. Embora o registro de casos cometidos por autoras do sexo feminino apresente percentuais mais elevados do que os envolvendo ambos os sexos, Miranda et al. (2020) ressaltam que, ao se analisar a razão de chances (odds ratio) da associação entre sexo dos autores e a prática de violência sexual, observa-se uma maior probabilidade de ocorrência da violência quando ambos os sexos estão envolvidos (OR = 0,03), em comparação com os casos cometidos apenas por mulheres autoras (OR = 0,02).

Ainda que a ocorrência de autoras mulheres seja, em termos gerais, superior à de coautoria entre ambos os sexos, esse padrão apresenta variações significativas entre os estados federativos analisados. Conforme apresentado na Tabela 4, em que demonstra o sexo e o ciclo de vida dos(as) autores segundo os estados da federação.

Tabela 4

Sexo dos(as) autores e Ciclo de vida segundo Estados da federação

Variáveis	AM	CE	PA	RJ	RS	SP
Sexo do(a) autor(a)	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>
Feminino	139 (3,3)	110(2,6)	212 (5,1)	362 (8,7)	276 (6,6)	1172(28,1)
Ambos os sexos	55 (1,3)	173 (4,1)	206 (4,9)	368 (8,8)	298 (7,1)	803(19,2)
Ciclo de Vida						
Não Adulto	38 (0,9)	49(1,2)	66(1,6)	139(3,3)	91(2,2)	402(9,6)
Adulto	122(2,9)	180(4,3)	291(7,0)	408(9,8)	365(8,7)	1188(28,5)
Ignorado	34(0,8)	54(1,3)	61(1,5)	183(4,4)	118(2,8)	385(9,2)
Total	194(4,6)	283(6,8)	418(10,0)	730(17,5)	574(13,8)	1975(47,3)

Conforme demonstrado na Tabela 4, os estados do Rio de Janeiro (8,8%; n = 368), Rio Grande do Sul (7,1%; n = 298) e Ceará (4,1%; n = 173) apresentaram os maiores percentuais de notificações envolvendo autores de ambos os sexos, em comparação com os registros que indicavam somente autoras do sexo feminino. Essas variações por estado encontram respaldo na literatura especializada, que aponta que a participação feminina em violências sexuais frequentemente está inserida em contextos relacionais e situacionais específicos (Gannon et al., 2013; Augarde & Rydon-Grange, 2022), nos quais a coautoria com homens se mostra uma modalidade recorrente.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o estudo de Lourenço et al. (2023), baseado em dados do Sinan entre 2014 e 2018, identificou que, embora o sexo masculino tenha sido majoritário entre os autores (94,5% das situações de violência), também foram registrados casos relevantes de coautoria entre ambos os sexos (3,2%) e de autoria exclusivamente feminina (2,3%). Esses achados reforçam que a violência sexual praticada por mulheres pode assumir configurações distintas, a depender do contexto sociocultural e das dinâmicas locais de notificação, investigação e responsabilização.

Assim, compreender essas variações é essencial para evitar generalizações e aprofundar a análise sobre a atuação feminina nesse tipo de crime, especialmente quando ocorre em parceria com autores do sexo masculino.

No que se refere ao ciclo de vida das prováveis autoras e à distribuição nos estados federativos onde ocorreram as notificações, o ciclo Adulto apresentou o maior percentual de autoras que perpetraram violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2018 a 2022, correspondendo a 28,5% (n = 1.118) das notificações.

A Tabela 5 apresenta a distribuição das características das prováveis autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo o número de envolvidos(as), o uso

de álcool e o tipo de vínculo estabelecido com a vítima, nos estados da federação analisados no período de 2018 a 2022.

Tabela 5

Características dos(as) autores(as) segundo número de envolvidos(as), uso de álcool e vínculo nos estados da federação.

Variáveis	AM	CE	PA	RJ	RS	SP	Total
Número de Envolvidos	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)
Um	117(2,8))	103(2,5))	189(4,5)	322(7,7)	255(6,1)	975(23,4))	1961(47,0))
Dois ou +	64(1,5)	158(3,8))	219(5,2)	378(9,1)	300(7,2)	916(21,9))	2035(48,8))
Ignorado	13(0,3)	22(0,5)	10(0,2)	30(0,7)	19(0,5)	84(2,0)	178(4,3)
Uso/ Álcool							
Sim	26(0,6)	16(0,4)	56(1,3)	111(2,7)	99(2,4)	247(5,9)	555(13,3)
Não	119(2,9))	200(4,8))	248(5,9)	262(6,3)	167(4,0)	1012(25,7))	2068(49,5))
Ignorado	49(1,2)	67(1,6)	114(2,7)	357(8,6)	308(7,4)	550(13,7))	1551(37,2))
Intra/extrafamiliar							
Intra	109(2,6))	225(5,4))	271(6,5)	540(12,9))	444(10,6)	1317(31,6))	2906(69,6))
Extra	85(2,0)	58(1,4)	147(3,5)	190(4,6)	130(3,1)	550(13,7))	1268(30,4))

Na Tabela 5, observa-se a predominância de situações de violência sexual envolvendo dois ou mais autores(as), correspondendo a 48,8% (n = 2.035), em comparação às notificações que apresentaram apenas uma autora (47%; n = 1.961). No entanto, nos estados do Amazonas (2,8%) e de São Paulo (23,4%), destaca-se a atuação isolada de uma única autora, enquanto nos estados do Pará, Ceará, Rio de Janeiro (RJ) e Rio Grande do Sul (RS) as violências cometidas por mais de um autor representaram o grupo mais expressivo de notificações.

Particularmente no Pará, o sexo feminino figura como o principal grupo autoral (Tabela 10). Ao analisar o número de envolvidos(as) nesses casos, nota-se a ocorrência de coautoria entre mulheres, indicando que as agressoras frequentemente atuam em parceria com outra mulher. Essa configuração é relevante, pois evidencia que a atuação feminina na violência sexual não se restringe a ações isoladas, podendo ocorrer em dinâmicas relacionais complexas.

Outro aspecto analisado foi o uso de álcool no momento da violência. Embora essa informação tenha sido ignorada em 37,2% das notificações, os registros indicam que 13,3% das autoras fizeram uso da substância, enquanto 49,5% não o utilizaram. Ressalta-se que o uso de álcool pode estar associado a diversos fatores — individuais, culturais e sociais. A intensificação do consumo costuma estar relacionada a contextos de exposição a desastres naturais, traumas e estresse pós-traumático (Garcia & Sanchez, 2020). Além disso, a maior aceitação social do álcool, a exposição exacerbada e a vivência recorrente de episódios de violência doméstica podem favorecer o consumo mais intenso e prejudicial, cujos efeitos negativos incluem a perpetuação de violências domésticas e familiares (Garcia & Sanchez, 2020).

Apesar disso, o estudo de Locatelli et al. (2023) identificou maior prevalência do uso de álcool entre autores do sexo masculino, enquanto as autoras do sexo feminino apresentaram maior uso de outras drogas. Contudo, essa informação não consta na ficha de notificação, o que impossibilita verificar se houve a utilização de outras substâncias além do álcool.

No que se refere à prática da violência sexual intra e extrafamiliar, cerca de 2.906 casos (69,9%) ocorreram no contexto intrafamiliar, ou seja, as prováveis autoras e coautores mantinham algum tipo de vínculo com as vítimas, geralmente parental e/ou de cuidado. Já a

violência extrafamiliar apresentou percentual menor (30,4%; n = 1.268) nos seis estados da federação analisados.

As principais relações intrafamiliares identificadas foram as de mães, presentes em 37,5% (n = 1.564) das notificações, seguidas de pais (19,5%; n = 813) e outros parentes (16,9%; n = 706). Além disso, destacaram-se as relações entre padrastos e vítimas (12,8%; n = 535), seguidas das cuidadoras (5,7%; n = 240), madrastas (5%; n = 207), namoradas (4,3%; n = 178), irmãs (3,8%; n = 159) e cônjuges (1,9%; n = 81). Esses registros evidenciam a existência de casamentos precoces, incluindo uniões entre adolescentes (n = 9) e casamentos na infância ou adolescência (n = 60), em que as autoras eram mulheres adultas.

Esse conjunto de dados reforça a compreensão de que o ambiente doméstico — tradicionalmente considerado espaço de proteção — pode se tornar o principal cenário de violência sexual contra crianças e adolescentes, muitas vezes invisibilizadas ou silenciadas por laços afetivos e dependência econômica (de Paula Faleiros, 2003; Veloso et al., 2021).

Compreende-se que o medo de compartilhar a experiência por parte das vítimas, bem como a dificuldade de reconhecer o ocorrido como violência, são marcadores recorrentes em casos de violência sexual — especialmente quando ocorrem no contexto familiar (Vieira, 2018). Quando a autora da violência é a própria mãe, o tema torna-se ainda mais sensível, frequentemente atravessado por mecanismos de negação familiar. O número de mulheres-mães autoras de violência sexual permanece desconhecido, possivelmente porque esse tipo de violência é particularmente difícil de ser identificado, podendo ocultar-se sob o mito da maternidade idealizada, entendida como naturalmente boa, sagrada e protetora (Setubal et al., 2019). Os dados mais conhecidos sobre o tema estão, portanto, associados a situações em que a violência ocorre na presença de um coautor do sexo masculino (Brown & Kloess, 2020).

Os resultados desta pesquisa corroboram os achados de Gannon e Rose (2008), que apontam que, ao contrário dos homens, as mulheres autoras de violência sexual tendem a

cometer os abusos em parceria com outra pessoa — geralmente um parceiro íntimo. De forma semelhante, Locatelli et al. (2023) destacam que, diferentemente dos homens autores, as mulheres envolvidas nesses crimes estavam, em sua maioria, em relações conjugais.

A relação entre os dados empíricos e a literatura existente suscita importantes questionamentos para investigações futuras: a posição da mulher autora de violência sexual estaria mais associada à presença de um coautor do sexo masculino, sobretudo quando este é parceiro íntimo? Ou seriam as limitações sociais e culturais que dificultam o reconhecimento da mulher como autora independente, limitando a notificação real das situações e, assim, contribuindo para a subnotificação desses casos? Além disso, a dinâmica entre coautores — homem e mulher — seria marcada por coerção masculina e dependência afetiva, emocional ou econômica da mulher em relação ao parceiro?

No contexto extrafamiliar, os principais vínculos identificados foram conhecidos das vítimas (22,8%; n = 950), desconhecidos (8,5%; n = 355), outros (3,3%; n = 138) e institucional (2,2%; n = 90).

A análise das características sociodemográficas das mulheres autoras de violência sexual nos estados brasileiros, com base nas notificações registradas no SINAN, permitiu identificar padrões regionais e contextuais que contribuem para a compreensão das dinâmicas desse fenômeno. No entanto, para uma abordagem mais ampla e integrada, é fundamental considerar também o outro polo dessa relação violenta: as vítimas. Assim, a seguir, serão apresentadas as características das vítimas nos estados analisados, possibilitando uma leitura mais completa das interações, vulnerabilidades e padrões presentes nas situações notificadas.

Características Biopsicossociais das Vítimas

Para identificar as características biopsicossociais das autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessário compreender quais características das vítimas podem estar associadas a essas dinâmicas.

No que se refere à idade média das vítimas, observou-se média de 8,45 anos (desvio padrão = 5,19), com idade mínima de 0 ano e máxima de 19 anos. Os dados demonstraram maior percentual de vítimas na faixa etária de 0 a 3 anos (22,7%; n = 948), com maior concentração em crianças de 3 anos (8,8%; n = 368). As vítimas entre 4 e 6 anos constituíram o segundo grupo com maior número de notificações (20,8%; n = 867), seguidas das adolescentes de 13 a 15 anos (19,8%; n = 828).

Ao analisar a distribuição etária das vítimas por estado de notificação (Tabela 11), observa-se que, de modo geral, as crianças representam o principal grupo de vítimas de violência sexual. Contudo, nos estados do Amazonas, Ceará e Pará — que compõem as regiões Norte e Nordeste do Brasil —, as adolescentes nas faixas etárias de 13 a 15 anos, 10 a 12 anos e 16 a 19 anos concentraram, respectivamente, os maiores percentuais de notificações.

Nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, as crianças apareceram como as principais vítimas, com destaque para a faixa etária de 0 a 3 anos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, seguidas pelas vítimas entre 4 e 6 anos. No Rio Grande do Sul, a maior concentração de notificações ocorreu entre crianças de 4 a 6 anos.

Essas variações regionais podem refletir diferenças culturais, demográficas e socioeconômicas, além de desigualdades no acesso à denúncia e à proteção, exigindo uma leitura interseccional que considere os marcadores regionais, sociais e econômicos.

A Tabela 6 apresenta a distribuição das vítimas de violência sexual segundo suas características biossociodemográficas, considerando as variáveis faixa etária, sexo, raça/etnia

e presença de deficiência e/ou transtorno, em relação aos diferentes Estados da federação.

Essa caracterização permite identificar as características vítimas e possíveis desigualdades regionais, contribuindo para a compreensão dos contextos de vulnerabilidade e das interseccionalidades que atravessam a ocorrência desse tipo de violência.

Tabela 6

Características Biossociodemográficas das vítimas segundo faixa etária, sexo, étnico/racial, deficiência e/ou transtorno nos Estados da federação

Variáveis	AM	CE	PA	RJ	RS	SP	Total
	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f(p)</i>
Faixa Etária da Vítima							
1 -- 3	39	28	66	183	98	534	948(22,7)
4 -- 6	36	22	55	152	161	441	867(20,8)
7 -- 9	18	23	55	75	71	263	505(12,1)
10 --12	40	35	79	108	96	265	623(14,9)
13 --15	45	121	117	149	102	294	828(19,8)
16 -- 19	16	54	46	63	46	178	403(9,6)
Sexo							
Feminino	168	252	356	582	438	1509	3305(79,2)
Masculino	26	30	62	148	136	466	868(20,8)
Ignorado	0	1	0	0	0	0	1(0,0)
Étnico/ Raciais							
Negro	165	242	364	402	132	774	2079(49,8)
Não Negro	25	28	53	187	430	1026	1749(41,9)
Ignorado	4	13	1	141	12	175	346(8,3)
Deficiência e/ou Transtorno							
Sim	7	4	10	39	53	123	236(5,7)
Não	176	251	331	450	431	1477	3116(74,7)
Não se aplica	0	1	2	3	1	7	14(0,3)
Ignorado	11	27	75	238	89	368	808(19,4)

Quando se avalia o sexo biológico das vítimas, identificou-se que o sexo feminino correspondeu a 79,2% (n=3.305) dos casos de violência sexual, tanto de forma geral quanto entre os Estados federativos. As vítimas do sexo masculino representaram 20,8% (n=868) das notificações. Destaca-se que, mesmo nas situações em que há mulheres como prováveis autoras, as vítimas do sexo feminino permanecem como o principal grupo vitimizado. Esse dado suscita questionamentos: estaria o sexo da vítima relacionado à presença de autores do sexo masculino, como demonstrado por parte da literatura sobre o tema (Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Bonsel et al., 2019)? Ou o sexo feminino constitui o grupo mais vitimizado independentemente do sexo dos autores?

Para refletir sobre essas questões, verifica-se, a partir dos dados epidemiológicos divulgados pelo Ministério da Saúde (2024), que o sexo feminino corresponde ao principal grupo vitimizado nos registros de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2015 e 2021. Das 6.151 notificações envolvendo mulheres como prováveis autoras, 4.590 foram perpetradas contra vítimas do sexo feminino — sendo 2.708 cometidas apenas por mulheres e 1.882 por homens e mulheres em coautoria. Já as vítimas do sexo masculino corresponderam a 1.561 notificações (861 apenas por mulheres e 700 por ambos os sexos). Esses resultados desafiam a perspectiva tradicional e sugerem que o sexo feminino pode representar um marcador de maior vulnerabilidade à violência sexual, independentemente do sexo do(a) perpetrador(a) — o que reforça a necessidade de expandir os modelos explicativos para além do paradigma masculino-centrado.

Entretanto, embora o sexo feminino seja historicamente e socialmente um marcador de vulnerabilidade, é necessário compreender os fatores sociais e culturais que atravessam a violência sexual perpetrada por mulheres contra vítimas do sexo masculino em uma sociedade patriarcal. Tais fatores influenciam o processo de denúncia e favorecem a subnotificação desse tipo de violência (Hohendorff et al., 2015), frequentemente romantizada

e interpretada, tanto pela sociedade quanto, por vezes, pela própria vítima, como uma iniciação ou conquista sexual (Gannon & Rose, 2008).

Além de contribuírem para o apagamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, esses fatores socioculturais também podem influenciar a maior prevalência de vítimas do sexo feminino, especialmente em casos que envolvem coautoria masculina. Isso se deve às assimetrias de poder inerentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, que não se restringem à diferença geracional, mas envolvem, sobretudo, desigualdades de gênero. Em uma sociedade patriarcal e machista, tais desigualdades contribuem para a inferiorização do sexo feminino, o que o torna o principal grupo vitimizado (Vieira, 2018).

Dessa forma, tornam-se necessários estudos qualitativos e retrospectivos voltados à compreensão da real prevalência da violência sexual envolvendo mulheres autoras, considerando que parte da literatura (Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; ten Bonsel et al., 2019) relaciona a prevalência de vítimas do sexo feminino à presença de coautores masculinos, enquanto Gannon e Rose (2008) não identificam tal prevalência.

No que se refere à distribuição étnico-racial das vítimas, observa-se a predominância da violência sexual contra crianças e adolescentes negras, sendo 41,5% (n=1.731) pardas e 8,3% (n=348) pretas. Os demais casos (41,9%; n=1.749) corresponderam a pessoas não negras, distribuídas entre brancas (40,2%; n=1.677), amarelas (1,1%; n=45) e indígenas (0,6%; n=27). Essa distribuição, contudo, varia entre as regiões. Enquanto os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo apresentaram predominância de vítimas não negras (10,1%; n=422 e 23,4%; n=975, respectivamente), nos demais estados analisados a maioria das vítimas era negra.

Esses dados levantam questionamentos sobre a notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. A variação nas características étnico-raciais

pode refletir as diferentes realidades regionais ou, por outro lado, indicar subnotificação das violências cometidas contra crianças e adolescentes pretas e pardas, além da ausência de preenchimento dessa variável. Cerca de 8,3% (n=346) dos registros analisados apresentaram essa informação ignorada. O Panorama da Violência Sexual Letal contra Crianças e Adolescentes no Brasil, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), também aponta que, em 41% dos casos, a variável cor/raça não foi informada.

A maior proporção de vítimas pardas e pretas também foi identificada nos dados epidemiológicos divulgados pelo Ministério da Saúde (2018; 2024), que abarcam os períodos de 2011–2017 e 2015–2021, respectivamente. Em ambos, as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual eram majoritariamente pardas, seguidas por brancas e pretas.

Os dados do Censo de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que, pela primeira vez desde 1991, a maioria da população brasileira se declarou parda (45,3%), seguida de branca (43,5%), preta (10,2%), indígena (0,6%) e amarela (0,4%). Contudo, quando se analisa a composição racial por unidades federativas, verifica-se que as regiões Sul e Sudeste apresentam maior proporção de pessoas brancas (72,6% e 49,9%, respectivamente) e menores percentuais de pardas (21,7% e 38,7%). Em contraste, as regiões Norte e Nordeste concentram 67,2% e 59,2% de pessoas autodeclaradas pardas, e apenas 20,7% e 26,7% brancas.

Conforme apresentado na Tabela 6, outro marcador de vulnerabilidade identificado foi a presença de deficiência e/ou transtorno do desenvolvimento em 5,7% (n=236) das vítimas, com destaque para deficiência intelectual (1,7%; n=73), transtornos mentais (1,9%; n=79) e transtornos de comportamento (1,6%; n=66). Esses achados reforçam que indivíduos com alterações cognitivas, emocionais ou comportamentais tendem a apresentar maior vulnerabilidade frente a situações de violência (Cruz & Albuquerque, 2013; Moreira & Mouro, 2021), podendo ter até 3,4 vezes mais chances de vivenciar violência em comparação

a crianças e adolescentes sem deficiência e/ou transtorno (Cruz & Albuquerque, 2013). Isso evidencia a necessidade de políticas públicas específicas de proteção e intervenção psicossocial.

Em um cenário marcado por múltiplas vulnerabilidades, Moreira e Mouro (2021) destacam que o cruzamento entre fatores sociais — como idade, gênero, condição socioeconômica e presença de deficiência e/ou transtorno — atua como potencializador para a ocorrência de violências. Essa tendência foi corroborada na presente pesquisa, ao se cruzarem as variáveis sexo da vítima e presença de deficiência e/ou transtorno: 3,7% (n=156) das vítimas com deficiência e/ou transtorno eram do sexo feminino e 1,9% (n=80) do sexo masculino.

A Tabela 7 apresenta, a seguir, as características gerais das vítimas referentes à escolaridade, situação conjugal, gestação e orientação sexual, com base no banco de dados dos seis estados analisados nesta pesquisa.

Tabela 7

Escolaridade, situação conjugal, gestação e orientação sexual das vítimas segundo os Estados da federação

Variáveis	AM	CE	PA	RJ	RS	SP	Total
	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f(p)</i>
Escolaridade							
Ensino Fundamental	88	114	229	219	218	553	1421 (34,0)
Ensino Médio/ Superior	13	64	33	29	25	185	349 (8,4)
Ignorado	17	55	35	147	72	260	586 (14,0)
Não se aplica	76	50	121	335	259	977	1818 (43,6)
Situação Conjugal							
Com Cônjuge	6	69	19	7	2	23	126 (3,0)
Sem Cônjuge	71	120	167	197	183	461	1199 (28,7)
Não se aplica	114	77	200	465	362	1358	2576 (61,7)
Ignorado	3	17	32	61	27	133	273 (6,5)
Gestação							
Sim	11	49	28	53	8	27	176 (4,2)
Não	41	83	127	118	119	303	791 (19,0)

Não se aplica	123	141	227	506	411	1551	2959 (70,9)
Ignorado	19	10	36	53	36	94	248 (5,9)
Orientação Sexual							
Heterossexual	59	145	97	114	74	277	766 (18,4)
Homossexual	1	2	10	12	5	28	58 (1,4)
Bissexual	0	3	4	11	3	20	41 (1,0)
Não se aplica	114	100	211	461	374	1377	2637 (63,2)
Ignorado	20	33	96	132	118	273	672 (16,1)

Quanto à gestação, 70,9% dos registros indicaram que a variável não se aplicava, seguidos por 19% que não estavam gestantes e apenas 4,2% de vítimas que estavam grávidas. No que se refere à distribuição por estados da federação, verificou-se que o Rio de Janeiro apresentou o maior percentual de gestantes (1,3%; n=53), seguido pelo Ceará (1,2%; n=49) e São Paulo (0,6%; n=27). Embora esse número seja relativamente pequeno, a ocorrência de gravidez entre crianças e adolescentes evidencia situações de extrema vulnerabilidade e violência sexual, com sérias consequências para o desenvolvimento físico, emocional e reprodutivo, demandando atenção especial dos serviços de saúde e proteção.

Além disso, foram identificadas limitações nas fichas de notificação quanto à informação sobre se a gravidez teria sido decorrente da violência sexual. Esses dados reforçam a sobreposição de violações de direitos sexuais e reprodutivos e indicam a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre as trajetórias de violência vividas por meninas e adolescentes em diferentes territórios brasileiros. Cabe mencionar que, a partir de 2015, essa variável foi retirada da Ficha de Notificação, conforme apontado no estudo de Veloso et al. (2021). Ressalta-se, contudo, a relevância de seu registro, uma vez que essa informação é essencial tanto para a formulação de políticas públicas de prevenção e intervenção quanto para a compreensão da complexidade que envolve casos de gravidez resultantes de violência sexual. Tais situações tendem a intensificar sentimentos ambivalentes

em relação à gestação e dificultam o planejamento dos desdobramentos associados à maternidade e/ou à sua interrupção (Veloso et al., 2021).

No que se refere à orientação sexual, observou-se uma limitação significativa nos registros: 63,2% (n=2.637) dos casos foram classificados como “não se aplica” e 16,1% (n=672) como “ignorado”. Esse panorama pode refletir tanto a dificuldade dos profissionais em identificar essa variável em populações infantojuvenis quanto as limitações para abordar questões da sexualidade em contextos de violência. Ainda assim, entre os registros válidos, 18,4% (n=766) das vítimas foram identificadas como heterossexuais, 1,4% (n=58) como homossexuais e 1% (n=41) como bissexuais. Embora minoritários, esses dados evidenciam a necessidade de reconhecer que a diversidade sexual também está presente entre as vítimas de violência sexual praticada por mulheres.

Características das Violências

Nesta seção, são apresentados os dados descritivos referentes às situações de violência sexual praticadas por mulheres contra crianças e adolescentes, com foco nas características contextuais e nos modos de ocorrência desses casos. A análise contempla as seguintes variáveis: zona da ocorrência (urbana ou rural), horário, frequência (ocorrência única ou repetida), local onde os episódios ocorreram, tipos de violência identificados, tipificação da violência sexual e meios de agressão empregados. Os dados estão distribuídos entre os estados do Amazonas, Ceará, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, no período de 2018 a 2022.

A sistematização dessas variáveis busca evidenciar padrões, singularidades regionais e possíveis recorrências nas dinâmicas de violência envolvendo autoras do sexo feminino, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno. A Tabela 8 apresenta a distribuição das violências segundo a zona, o horário, a frequência e o local de ocorrência,

por estado federativo, permitindo identificar variações regionais e contextuais nas práticas de violência sexual perpetradas por mulheres.

Tabela 8

Características das Violências segundo a zona de ocorrência, hora, e recorrência da violência nos estados da federação

Variáveis	AM	CE	PA	RJ	RS	SP	Total
Zona da Ocorrência	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>
Urbano	167	180	348	627	463	1730	3515(84,2)
Rural	18	83	56	28	44	58	287(6,9)
Ignorados	9	20	14	75	67	187	372(8,9)
Hora da Ocorrência							
Noite	50	51	102	58	48	132	441(10,6)
Madrugada	29	23	77	66	62	164	421(10,1)
Tarde	18	23	47	43	32	76	239(5,7)
Manhã	6	11	22	33	24	90	186(4,5)
Não Informado	91	175	170	530	408	1513	2887(69,2)
Ocorreu outras vezes							
Sim	104	126	256	287	288	850	1991(45,8)
Não	52	106	95	183	112	591	1139(27,3)
Ignorado	39	51	67	260	174	534	1124(26,9)
Local de Ocorrência							
Residência	161	220	333	523	444	1465	3146(75,4)
Ambiente Público	22	26	42	114	104	320	628(15,0)
Ignorado	11	37	43	93	26	190	400(9,6)

Ao se observar a zona de ocorrência em que um dos autores correspondia a alguém do sexo feminino, verificou-se a predominância da zona urbana como principal local de ocorrência, em comparação à zona rural. De acordo com o Censo de 2022, divulgado pelo IBGE, cerca de 87,4% da população brasileira reside em áreas urbanas. Além disso, esses dados sugerem uma maior presença e efetividade da rede de proteção integral direcionada a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

No que tange ao horário da ocorrência, observa-se, na Tabela 13, que o período da noite concentrou a maior parte dos registros de violência sexual, seguido pelos turnos da madrugada, tarde e manhã. A predominância de casos noturnos foi especialmente evidente nos estados do Amazonas, Ceará, Pará e São Paulo. Nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, por sua vez, o maior número de ocorrências foi registrado no turno da madrugada.

Destaca-se, entretanto, a expressiva proporção de notificações sem preenchimento dessa informação, totalizando 69,2% ($n = 2.887$). Segundo o Instrutivo de Notificação do Ministério da Saúde (2016), a informação referente à hora da ocorrência deve ser registrada sempre que possível; contudo, reconhece-se que, em muitos casos, a vítima pode não se recordar do horário exato do evento. Nessas situações, recomenda-se que o campo seja preenchido por turno (manhã, tarde, noite ou madrugada), a fim de evitar que a busca por precisão temporal provoque sofrimento adicional à vítima durante o atendimento.

Ao descrever os casos de violência contra crianças e adolescentes e a completude das fichas de notificação registradas no SINAN no município de Manaus, entre 2009 e 2016, Oliveira et al. (2020) identificaram oscilações na qualidade do preenchimento, com baixos índices em alguns anos, seguidos por períodos de completude regular e posterior redução. Os autores ressaltam a importância do registro adequado desses campos e de outras informações relacionadas às características da violência, de modo a garantir a qualidade da vigilância epidemiológica e subsidiar ações específicas de prevenção e acompanhamento das vítimas.

Observou-se também, em todos os estados analisados, a reincidência da violência sexual, correspondendo a 45,8% ($n = 1.991$) dos casos. Cabe destacar que, em 27,3% ($n = 1.124$), a violência não ocorreu outras vezes, e em 26,9% ($n = 1.124$) essa informação foi ignorada. Esse cenário sugere que a proteção das crianças e adolescentes não tem ocorrido de

forma eficaz para evitar a revitimização, e, ainda mais grave, demonstra a repetição das situações de violência.

A repetição da violência também evidencia sua natureza velada e continuada, confirmando o debate em torno da “Síndrome do Segredo” (Furniss, 1993; Veloso, 2021), a qual denuncia o silenciamento e o encobrimento das violências sexuais, principalmente quando estas são intrafamiliares ou cometidas por pessoas próximas, dificultando sua identificação precoce e a interrupção do ciclo de abusos.

Quanto ao local de ocorrência, a residência foi identificada como o principal cenário das notificações. Entretanto, ressalta-se que o campo não especifica de qual residência se trata — se da vítima, do(a) autor(a) ou de ambos. Essa limitação deve ser considerada na análise dos dados e durante o acolhimento e a investigação, sendo importante que, sempre que possível, a equipe registre essa informação de forma mais detalhada nas anotações complementares, com o objetivo de aprimorar a compreensão do contexto da violência e subsidiar ações intersetoriais de proteção.

O segundo tipo mais frequente foi o ambiente público, com 15% (n = 628), incluindo a escola (5,4%; n = 224), outros (5%; n = 207) e a via pública (3,1%; n = 130).

Esses achados corroboram o entendimento de que a violência sexual contra crianças e adolescentes frequentemente ocorre em espaços presumidamente protegidos, como o lar (de Paula Faleiros, 2003; Vieira, 2018). Embora o ambiente escolar seja reconhecido como uma rede de apoio e desempenhe papel fundamental na identificação e notificação da violência sexual (Habigzang et al., 2006; de Quadros & Melo, 2022), configurando-se como um espaço potencial para o debate sobre o tema (Araujo et al., 2024), pode também apresentar contradições e tornar-se um dos locais onde essas violências ocorrem.

Compreender os espaços em que a violência ocorre é essencial, mas também é fundamental analisar as diferentes formas pelas quais essas violências se manifestam. A

Tabela 9 contribui para essa compreensão ao apresentar os dados referentes aos tipos de violência identificados — violência sexual isolada e coocorrente —, bem como informações sobre a tipificação da violência sexual e os meios de agressão utilizados. Esses dados permitem aprofundar a discussão sobre os padrões e características das ocorrências registradas.

Tabela 9

Características das Violências segundo a Tipos de Violência, violências sexuais e meios de agressão da violência nos estados da federação

Variáveis	AM	CE	PA	RJ	RS	SP	Total
Tipos de Violência	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i> (p)
Sexual	124	190	128	337	553	1198	2530(60,0)
Coocorrência	70	93	290	393	21	777	1644(39,4)
Violências Sexuais							
Assédio Sexual	40	49	233	211	155	738	1426(34,2)
Estupro	136	199	272	422	337	854	2220(53,2)
Pornografia Infantil	7	3	14	37	37	107	205(4,9)
Exploração Sexual	15	11	31	30	59	111	257(6,2)
Outras	11	18	59	56	82	310	536(12,8)
Meios de agressão							
Força	73	41	161	224	269	585	1353(32,4)
Enforcamento	0	4	9	6	3	24	46(1,1)
Objeto Contundente	0	8	33	22	12	36	111(2,7)
Objeto Cortante	3	1	10	8	9	40	71(1,7)
Sustância quente	3	1	3	11	2	14	34(0,8)
Envenenamento	0	3	3	11	4	15	36(0,9)
Arma de fogo	0	0	2	5	2	9	18(0,4)
Ameaça	32	17	165	127	179	291	811(19,4)
Outros	25	157	37	120	174	369	882(21,1)

Os dados da Tabela 9 indicam que os casos de violência sexual isolada foram mais prevalentes em comparação àqueles que envolveram coocorrência com outras formas de violência. No entanto, destaca-se um padrão distinto nos estados do Pará e do Rio de Janeiro,

onde os registros de coocorrência superaram os de violência sexual isolada, contrastando com o perfil observado nos demais estados. Nesse contexto, é importante ressaltar que a coocorrência refere-se à exposição de crianças e/ou adolescentes a dois ou mais tipos de violência, caracterizando um processo de polivitimização (Oliveira et al., 2013; Said & Junior, 2018).

No que se refere às demais formas de violência cometidas concomitantemente à violência sexual, observou-se que a violência psicológica foi a mais recorrente, presente em 27,1% (n = 1.133) das notificações, seguida pela violência física, com 23,3% (n = 971), e pela negligência, que apareceu em 15,1% (n = 631) dos casos.

Esses dados corroboram os achados de Said e Junior (2018), que indicam a violência psicológica como a mais comum quando associada à violência sexual, seguida pela violência física. Essa prevalência reforça a complexidade e a intersecção das violências enfrentadas pelas vítimas, evidenciando que os impactos não são apenas físicos, mas também emocionais e psicológicos (de Costa et al., 2018; Santos, Pelisoli & Dell’Aglío, 2012). Tais evidências reforçam a necessidade de abordagens multidisciplinares no atendimento e na prevenção, que contemplem a integralidade da experiência de vitimização.

Em relação às formas específicas de violência sexual, o estupro foi o tipo mais frequentemente registrado, seguido pelo assédio sexual. Outras modalidades incluíram pornografia infantil, exploração sexual e outros tipos de violência sexual. A alta incidência de estupro destaca a gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, exigindo atenção especial das políticas públicas e da rede de proteção para o enfrentamento dessa forma de abuso, em consonância com estudos que enfatizam sua centralidade na agenda de proteção à infância e adolescência (OMS, 2020; Ministério da Saúde, 2018).

O principal meio de agressão foi a força física, empregada em 32,4% (n = 1.353) dos casos. Em seguida, destacou-se a ameaça, presente em 19,4% (n = 811), e outros meios, com

21,1% (n = 882) registros. Segundo Christensen e Woods (2024), o uso de força, coerção ou ameaça por mulheres desafia estereótipos de gênero que associam o feminino à passividade, dificultando o reconhecimento social e jurídico dessas práticas como crimes sexuais.

Análise dos dados Exploratórios

Características das Prováveis Autoras

Para analisar a relação entre as características das prováveis autoras de violência sexual e as características das vítimas e das violências, foram examinados dados a partir de uma abordagem exploratória, considerando as seguintes variáveis sociodemográficas das autoras: número de envolvidos(as) na violência perpetrada, sexo, ciclo de vida, tipo de relação estabelecida com a vítima e uso de álcool.

A Tabela 10 apresenta a distribuição dessas variáveis, permitindo identificar possíveis associações entre o perfil das autoras e o contexto das violências, bem como compreender as dinâmicas relacionais que permeiam os casos registrados.

Tabela 10

Associação entre o Número de Envolvidos e as características sociodemográfica das autoras

Variáveis	Um	Dois ou +	Ignorados	X ²	P valor
	f(p)	f(p)	f(p)		
Sexo dos autores					
Feminino	1787 (42,8)	376 (9,0)	108 (2,6)	212,85	0,000
Ambos os sexos	174 (4,2)	1659 (39,7)	70 (1,7)		
Ciclo de vida dos autores					
Não Adulto	461(11,0)	302 (7,2)	22 (0,5)	157,3	0,000
Adulto	1132 (27,1)	1355 (32,5)	67 (1,6)		

Ignorado	368 (8,8)	378 (9,1)	89 (2,1)		
Intra/ Extrafamiliar					
Intrafamiliar	1218 (29,2)	1613 (38,6)	75 (1,8)		
Extrafamiliar	743 (17,8)	422 (10,1)	103 (2,5)	205,3	0,000
Uso de Álcool					
Sim	189 (4,5)	344 (8,2)	22 (0,5)		
Não	1074 (25,7)	914 (21,9)	80 (1,9)	63,48	0,000
Ignorado	698 (16,7)	777 (18,6)	76 (1,8)		

A análise exploratória apresentada na Tabela 15 revelou uma associação estatisticamente significativa e de forte magnitude entre o número de envolvidos(as) na violência sexual e o sexo dos(as) autores(as), com $\chi^2 = 212,85$ ($p < .001$), Cramer's $V = 0,714$ e $gl = 2$. Observou-se uma tendência de que a presença de dois ou mais autores(as) esteja associada à participação de ao menos um coautor do sexo masculino.

Em contrapartida, as situações de violência que apresentaram apenas um(a) autor(a) corresponderam a 47% ($n = 1.961$) das notificações — sendo 42,8% ($n = 1.787$) referentes à atuação exclusiva de mulheres e 4,2% ($n = 174$) envolvendo ambos os sexos, o que sugere a possibilidade de coautoria mesmo em contextos declaradamente individuais. Ainda que 4,3% ($n = 178$) das notificações apresentassem a informação sobre o número de envolvidos(as) como ignorada — sendo 2,6% ($n = 108$) referentes à autoria feminina e 1,7% ($n = 70$) à participação de ambos os sexos —, este último grupo pode novamente indicar a presença de mais de um(a) envolvido(a) na prática da violência.

Esses dados reforçam a complexidade das dinâmicas de coautoria nos casos de violência sexual praticada por mulheres, exigindo atenção qualificada no momento do registro. Destaca-se, portanto, a importância da melhoria na qualidade do preenchimento das fichas de notificação e da oferta de formações continuadas para os(as) profissionais responsáveis, a fim de garantir a fidedignidade dos dados e subsidiar ações mais eficazes de enfrentamento à violência.

Ao dialogar com a literatura especializada, verifica-se que tais achados não são isolados: a violência sexual perpetrada por mulheres tem sido frequentemente associada à presença de coautores, com prevalência da coautoria masculina (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gannon & Rose, 2008; Miller & Marshall, 2019; Muskens et al., 2011; Ten Bonsel et al., 2019). Dependendo da amostra populacional analisada, as mulheres tendem a cometer tais violências sozinhas ou em conjunto com autores do sexo masculino. Além disso, a literatura comparada evidencia que os homens aparecem predominantemente como autores individuais, enquanto as mulheres se distribuem proporcionalmente entre autoria individual e coautoria — esta última frequentemente associada à presença de um coautor masculino (Christensen & Woods, 2024; Schröder et al., 2021).

Complementando essa análise, observou-se associação estatisticamente significativa entre o número de envolvidos(as) e o ciclo de vida das autoras ($\chi^2 = 157,3$; $p < .001$; Cramer's $V = 0,137$; $gl = 4$), ainda que com magnitude pequena. Os dados demonstram que as autoras não adultas apresentaram maior tendência a praticar a violência sozinhas, ao contrário das autoras adultas, que mostraram maior propensão à coautoria.

Esses resultados corroboram achados da literatura que apontam a maior frequência de comportamentos isolados entre adolescentes, frequentemente associados à prática de sexting ou à divulgação “consentida” de conteúdo sexual — ainda que em contextos marcados por pressão de pares, coerção emocional e, muitas vezes, desconhecimento sobre as implicações legais dessas ações (Christensen & Woods, 2023). A pressão de pares pode levar à adesão a comportamentos sexualizados como forma de integração social. Além disso, a coerção emocional — manifestada por chantagens, manipulações afetivas ou ameaças sutis — compromete a autonomia das decisões e obscurece a percepção da violência tanto para a autora quanto para o meio em que ela está inserida. Essa ambiguidade dificulta o reconhecimento social e institucional dessas situações como violência de fato, contribuindo

para sua banalização e subnotificação, podendo ser interpretadas erroneamente como consensuais, quando, na verdade, envolvem mecanismos complexos de influência e vulnerabilidade emocional.

Ao ampliar o olhar para os vínculos estabelecidos com as vítimas, observou-se também associação estatisticamente significativa entre o número de envolvidos(as) e o tipo de relação ($\chi^2 = 205,3$; $p < .001$; Cramer's $V = 0,222$; $gl = 4$). Essa associação sugere que a coautoria pode estar imbricada em dinâmicas de poder, naturalização de assimetrias e perpetuação de opressões, sobretudo no ambiente intrafamiliar (Vieira, 2018). Trata-se, portanto, de uma realidade que não pode ser compreendida à parte do microsistema e de suas complexas interações.

A partir dessa perspectiva, os dados reforçam a centralidade das figuras parentais nas situações de violência sexual intrafamiliar. Dentre as relações parentais observadas, identificou-se a mãe com associação significativa e de forte magnitude com o número de envolvidos(as) ($\chi^2 = 784,99$; $p < .001$; Cramer's $V = 0,307$; $gl = 4$), evidenciando que a presença materna como autora se associa a uma maior probabilidade de coautoria. A presença de pais e padrastos como segundos autores também demonstrou valores estatisticamente significativos: os pais apresentaram associação significativa e moderada ($\chi^2 = 631,16$; $gl = 4$; $p < .001$; Cramer's $V = 0,255$), enquanto os padrastos apresentaram associação moderada ($\chi^2 = 317,54$; $gl = 4$; $p < .001$; Cramer's $V = 0,200$).

Esses resultados desmistificam construções sociais, especialmente no que tange à idealização da figura materna como exclusivamente protetora e afetiva. O reconhecimento das mulheres como autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes é apresentado pela literatura (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gannon & Rose, 2008) como um tema sensível, sobretudo quando a violência é cometida pela própria progenitora da vítima (Setubal et al., 2019). No entanto, os dados corroboram os estudos que apontam que as mulheres,

geralmente, são conhecidas das vítimas e ocupam posições de cuidado — como mães, parentes ou cuidadoras —, o que contribui para o silenciamento e a subnotificação (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gannon & Rose, 2008).

Um dos achados mais impactantes desta análise diz respeito aos casos de violência sexual intrafamiliar perpetrada por mães em associação com os pais ou padrastos das vítimas. Embora culturalmente invisibilizada, essa forma de coautoria revela dinâmicas relacionais marcadas por cumplicidade ativa, submissão ou corresponsabilidade direta na perpetuação da violência (Gannon & Rose, 2008). Compreende-se que tais violências não ocorrem de forma isolada, mas como expressão de sistemas interativos que atravessam a história, o poder e os papéis sociais desempenhados no ambiente doméstico (Vieira, 2018).

Nos dados sobre o contexto extrafamiliar, as principais relações estabelecidas que apresentaram associações significativas com a quantidade de autores(as) corresponderam, primeiramente, a pessoas conhecidas das vítimas ($\chi^2 = 155,44$; $p < .001$), sendo 475 casos com dois ou mais autores(as) e 445 com apenas uma autora, configurando associação significativa, embora pequena (Cramer's $V = 0,136$; $gl = 4$). As pessoas desconhecidas constituíram o segundo grupo mais frequente de autores(as) nos casos de violência sexual extrafamiliar, apresentando também associação pequena (Cramer's $V = 0,140$; $gl = 4$) com o número de envolvidos(as).

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre o uso de álcool e o número de envolvidos(as) na prática da violência. Observou-se associação, ainda que fraca ($\chi^2 = 63,48$; $p < .001$; Cramer's $V = 0,087$; $gl = 4$), indicando que o consumo de álcool apresenta tendência maior de estar associado à presença de mais de um(a) autor(a). Essa informação dialoga com estudos que apontam o uso de álcool e/ou drogas (Miranda et al., 2020) como fator agravante da severidade da violência e de seu impacto na saúde física e mental das vítimas.

Por fim, outros dados relativos às características das autoras de violência podem ser observados na Tabela 11, que apresenta a associação entre o sexo dos(as) autores(as) e o ciclo de vida, o tipo de relação (intrafamiliar ou extrafamiliar) e o uso de álcool.

Tabela 11

Associação entre Sexo dos(as) Autores(as) e o Ciclo de vida, Vínculo e uso de Álcool em Casos de Violência Sexual

Variáveis	Feminino	Ambos os sexos	X ²	P-valor
Ciclo de vida dos autores	f(p)	f(p)		
Não Adulto	603 (14,4)	182 (4,4)	204,06	0,000
Adulto	1221(29,3)	1333 (31,9)		
Ignorado	447(10,7)	388(9,3)		
Intra/ Extrafamiliar				
Intrafamiliar	1340 (32,1)	1566 (37,5)	265,45	0,000
Extrafamiliar	931 (22,3)	337 (8,1)		
Uso de Álcool				
Sim	206 (4,9)	349 (8,4)	124,47	0,000
Não	1282 (30,7)	786 (18,8)		
Ignorado	783 (18,8)	768 (18,4)		

A Tabela 11 aprofunda a análise sobre as autoras da violência sexual ao explorar a associação entre o ciclo de vida e o sexo dos(as) autores(as), revelando uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 63,48$; $p < .001$) com força de associação moderada (Cramer's V = 0,22; gl = 2). Esses dados reforçam a tendência observada anteriormente: enquanto as autoras não adultas apresentaram maior propensão a atuar de forma isolada, as autoras adultas demonstraram maior tendência à coautoria com homens.

Ao comparar a associação do ciclo de vida com duas variáveis — número de envolvidos e sexo dos(as) autores(as) — observou-se que o ciclo de vida apresenta maior força de associação com o sexo dos(as) autores(as), indicando tendência à presença de coautor masculino. Em contraste, a relação entre ciclo de vida e número de envolvidos(as)

apresentou associação fraca (Cramer's $V = 0,137$; $gl = 4$), enquanto a associação com o sexo dos(as) autores(as) foi de magnitude moderada (Cramer's $V = 0,22$; $gl = 2$).

Outro achado relevante refere-se à associação entre o sexo dos(as) autores(as) e o tipo de vínculo com a vítima (intrafamiliar ou extrafamiliar), estatisticamente significativa ($\chi^2 = 265,45$; $p < .001$) e de magnitude moderada (Cramer's $V = 0,252$; $gl = 1$). A Tabela 16 evidencia que, no contexto intrafamiliar, a coautoria envolvendo ambos os sexos foi mais prevalente do que a atuação exclusiva do sexo feminino. Já nas situações extrafamiliares, a maior ocorrência envolveu mulheres atuando sozinhas como autoras.

A variável uso de álcool também apresentou associação significativa com o sexo dos(as) autores(as) ($\chi^2 = 124,47$; $p < .001$), ainda que de pequena magnitude (Cramer's $V = 0,173$; $gl = 2$). Observou-se maior prevalência do uso de álcool em situações de violência com coautoria masculina (8,4%; $n = 349$) em comparação às situações envolvendo apenas mulheres autoras (4,9%; $n = 206$). Esses dados indicam que a utilização de álcool tende a ocorrer com maior frequência na presença de coautoria masculina, corroborando Locattelli et al. (2023), que demonstraram maior prevalência do consumo de álcool em atos violentos perpetrados por homens. Locattelli et al. (2023) também destacam que mulheres tendem a se associar mais ao uso de outras drogas; contudo, a Ficha de Notificação não disponibiliza campo específico para registrar o uso dessas substâncias, limitando a obtenção de informações.

Além disso, Miranda et al. (2020) evidenciam que o consumo de álcool por homens autores de violência sexual favorece a ocorrência do ato, aumentando sua probabilidade (Odds Ratio = 2,26). Transposto para o contexto de coautoria, esses dados reforçam a hipótese de que a atuação masculina contribui para a potencialização da violência, seja pela condução da ação, seja pela criação de um ambiente permissivo.

Diante dessas associações, torna-se evidente que ciclo de vida, sexo dos(as) autores(as), tipo de vínculo com a vítima e uso de substâncias psicoativas configuram um conjunto complexo de variáveis articuladas nas dinâmicas da violência sexual. O cruzamento dessas informações oferece subsídios para compreender a atuação das mulheres enquanto autoras de violência e evidencia a necessidade de refletir sobre os contextos familiares em que tais violências ocorrem.

Para ampliar a análise e integrar diferentes dimensões do fenômeno, é fundamental observar as características biossociodemográficas das vítimas e como estas se relacionam com o número de envolvidos(as) e o sexo dos(as) autores(as).

Características das Vítimas

Além das características das autoras, foram cruzadas variáveis relacionadas às características das vítimas. Dessa forma, as Tabelas 12 e 13 apresentam os resultados desses cruzamentos, contemplando o ciclo de vida, o sexo, as características étnico-raciais, a presença de deficiência e/ou transtorno, bem como a orientação sexual das vítimas.

Tabela 12

Associação entre Número de Envolvidos e as Características Biossociodemográficas das Vítimas em Casos de Violência Sexual

Variáveis	Um	Dois Autores ou +	Ignorados	χ^2	P- valor
	$f(p)$	$f(p)$	$f(p)$		
Ciclo de vida					
Criança	1188 (28,5)	1014 (24,3)	118 (2,8)	55,4 ¹	0,000
Adolescente	773 (18,5)	1021 (24,5)	60 (1,4)		
Sexo					
Feminino	1546 (37,0)	1612 (38,6)	147 (3,5)	2,44	0,654
Masculino	415 (9,90)	422 (10,1)	31 (0,70)		
Ignorado		1 (0,0)			
Étnico/Racial					

Negro	955 (22,9)	1037 (24,8)	87 (2,1)	7,5	0,110
Não Negro	842 (20,2)	839 (20,1)	68 (1,6)		
Ignorado	164 (3,9)	159 (3,8)	159 (3,8)		
Deficiência e/ou Transtorno					
Sim	99 (2,4)	131(3,1)	6 (0,1)	27,2	0,000
Não	1514 (36,3)	1484 (35,6)	118 (2,8)		
Não se aplica	9 (0,2)	4 (0,1)	1 (0,0)		
Ignorado	339 (8,1)	416 (10,0)	53 (1,3)		
Orientação Sexual					
Heterossexual	309 (7,40)	443 (10,60)	14 (0,30)	76,6 1	0,000
Homossexual	29 (0,70)	27 (0,60)	2 (0,00)		
Bissexual	16 (0,40)	24 (0,60)	1 (0,00)		
Não se aplica	1350 (32,3)	1164 (27,9)	123 (2,9)		
Ignorado	257 (6,20)	377 (9,00)	38 (0,90)		

A Tabela 12 demonstra a associação estatisticamente significativa entre o número de envolvidos e o ciclo de vida das vítimas ($\chi^2 = 55,41$; $p < .000$), com força de associação pequena (Cramer's $V = 0,115$; $gl = 2$). Observa-se que as situações de violência sexual cometidas contra crianças tendem a envolver, com maior frequência, autoras individuais. Por outro lado, entre os casos que envolvem vítimas adolescentes, há maior ocorrência de coautoria, geralmente com a presença de um autor do sexo masculino.

Por sua vez, a variável sexo da vítima não apresentou associação significativa com o número de envolvidos. Observa-se a prevalência de vítimas do sexo feminino, tanto nas situações de violência envolvendo autoras solo quanto naquelas em que houve coautoria, corroborando os dados já apresentados pela literatura (Gannon & Rose, 2008), segundo a qual o sexo das vítimas independe de a violência ser perpetrada por autoras individuais ou em coautoria.

Quando analisadas as características étnico-raciais das vítimas, também não se verificou associação estatisticamente significativa com o número de envolvidos, o que sugere

que a violência sexual perpetrada por mulheres atinge vítimas de diferentes grupos raciais e étnicos.

Já a variável presença de deficiência e/ou transtorno apresentou associação estatisticamente significativa com o número de envolvidos ($\chi^2 = 27,2$; $p < .001$), ainda que com força de associação irrisória (Cramer's $V = 0,057$; $gl = 6$). Os dados indicam uma maior prevalência de vítimas com deficiência nos casos de coautoria, o que exige atenção especial. Tais vítimas, muitas vezes em situação de dependência funcional e emocional, podem estar mais expostas a contextos de violência sustentados por relações assimétricas e opressivas, especialmente em ambientes familiares ou institucionais (Cruz & Albuquerque, 2013; Moreira & Mouro, 2021).

Em relação à orientação sexual das vítimas, observa-se uma associação estatisticamente significativa com o número de envolvidos ($\chi^2 = 76,61$; $p < .000$), com força de associação de pequena magnitude (Cramer's $V = 0,096$; $gl = 8$). Esses dados indicam que a orientação sexual das vítimas apresenta relação com essas variáveis, embora não de forma intensa. Destaca-se, contudo, a elevada proporção de notificações em que essa variável foi registrada como “ignoradas” ou “não se aplica”, o que compromete a confiabilidade e a potência analítica dos dados.

Além disso, observa-se que 44,4% ($n = 1.854$) das notificações envolveram vítimas adolescentes entre 10 e 19 anos. O uso da categoria “não se aplica” para a variável orientação sexual está previsto no documento instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada (Brasil, 2016), sendo recomendado para casos em que as vítimas tenham entre 0 e 9 anos de idade.

Essa lacuna informacional pode decorrer de dificuldades operacionais enfrentadas pelos profissionais no preenchimento da ficha de notificação (Said & Junior, 2018) e da persistência de desconfortos sociais e institucionais em abordar temas relacionados à

sexualidade (Carvalho & Barreto, 2021), especialmente em situações que envolvem vítimas de violência sexual. No contexto das violências cometidas por mulheres, a ausência dessa informação pode contribuir para a manutenção de estereótipos de gênero que minimizam a gravidade dos abusos ou invisibilizam a complexidade das dinâmicas de poder implicadas. Ademais, a não coleta ou o registro incompleto de variáveis como a orientação sexual compromete a qualidade dos dados epidemiológicos e limita a formulação de políticas públicas eficazes, particularmente aquelas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes em sua diversidade (Oliveira et al., 2020).

Dando continuidade à análise, a Tabela 13 examina a associação entre o sexo das autoras e as mesmas características biossociodemográficas das vítimas.

Tabela 13

Associação entre Sexo dos(as) autores (as) e as Características

Biossociodemográficas das Vítimas em Casos de Violência Sexual

Variáveis	Feminino	Ambos	X ²	P-valor
Ciclo de vida das Vítimas	f(p)	f(p)		
Criança	1397 (33,5)	923 (22,1)	71,01	0,000
Adolescente	874 (20,9)	980 (23,5)		
Sexo das Vítimas				
Feminino	1769 (42,4)	1536 (36,8)	6,34	0,04
Masculino	502(12,0)	366(8,8)		
Ignorado		1 (0,00)		
Étnico/Racial				
Negro	1077 (25,8)	1002 (24,0)	12,6	0,002
Não Negro	987 (23,6)	762 (18,3)		
Ignorado	207 (5,0)	139 (3,3)		
Deficiência e/ou Transtorno				
Sim	104 (2,5)	132 (3,2)	13,92	0,003
Não	1712 (41,0)	1404 (33,6)		

Não se aplica	11 (0,3)	3 (0,10)		
Ignorado	444 (10,6)	364 (8,7)		
Orientação Sexual				
Heterossexual	355 (8,5)	411 (9,8)		
Homossexual	37 (0,9)	21 (0,5)		
Bissexual	17 (0,4)	24 (0,6)	63,46	0,000
Não se aplica	1551 (37,2)	1086 (26,0)		
Ignorado	311 (7,5)	361 (8,6)		

A análise da associação entre o ciclo de vida das vítimas e o sexo dos autores revelou uma associação estatisticamente significativa, ainda que de pequena magnitude (Cramer's $V = 0,130$; $gl = 2$). As crianças apresentaram maior ocorrência de notificações envolvendo apenas autoras mulheres, enquanto os(as) adolescentes consistiram nas principais vítimas das situações de violência perpetradas por autores de ambos os sexos.

Esses dados indicam que os casos de violência contra crianças apresentam maior tendência a estarem associados à presença exclusiva de autoras do sexo feminino. Nas notificações envolvendo vítimas adolescentes, observa-se a prevalência de registros que indicaram a participação de mulheres e homens como autores, em comparação àquelas perpetradas apenas por mulheres. Isso sugere que a prática de violência sexual por mulheres na presença de um coautor masculino está relacionada a uma maior tendência de vitimização entre adolescentes, em contraste com as situações de violência envolvendo apenas mulheres autoras.

Os dados epidemiológicos apresentados pelo Ministério da Saúde (2024) reforçam esse padrão. A análise desses registros evidencia diferenças entre o ciclo de vida das vítimas e a ocorrência de violência praticada exclusivamente por mulheres ou por ambos os sexos. Entre 2015 e 2021, verificou-se que as violências contra crianças de 0 a 9 anos foram majoritariamente cometidas apenas por mulheres, enquanto as violências contra adolescentes

de 10 a 19 anos envolveram com maior frequência autores de ambos os sexos. No total, foram registradas 83.311 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (MS, 2024), das quais 81,1% ($n = 67.525$) indicaram autores do sexo masculino, 4,3% ($n = 3.569$) mulheres autoras e 3,1% ($n = 2.582$) casos de coautoria entre homens e mulheres.

Em relação ao sexo das vítimas, destaca-se uma associação significativa ($p < .000$) com o sexo dos autores. Contudo, uma vez que 33% das células apresentaram frequências esperadas menores que cinco, o teste estatístico mais adequado foi o da Probabilidade Exata de Fisher, que resultou em $p = 0,021$ (hipótese bilateral), com força de associação irrisória (Cramer's $V = 0,039$; $gl = 2$), indicando uma relação praticamente nula entre o sexo das vítimas e o dos autores.

Apesar disso, os dados demonstram que o sexo feminino permanece como o principal grupo vitimizado nas situações de violência sexual, tanto naquelas envolvendo autoras individuais quanto nas que apresentaram coautoria — o que está em consonância com os estudos de Gannon e Rose (2008), que apontam a predominância de meninas como vítimas, independentemente da configuração da autoria.

Ao examinar as características étnico-raciais das vítimas em relação ao sexo dos autores, identificou-se uma associação estatisticamente significativa, embora com força de associação irrisória (Cramer's $V = 0,055$; $gl = 2$). As vítimas negras constituíram o grupo mais vitimado tanto nas situações em que apenas o sexo feminino figurava como autor quanto naquelas em que houve coautoria entre mulheres e homens. Esses achados sugerem uma tendência de que vítimas de origem multiétnica estejam mais associadas a casos com coautoria masculina, o que é reforçado pela ausência de associação significativa entre as características étnico-raciais das vítimas e o número de autores(as), salientando o papel do sexo masculino na dinâmica da violência.

Sob uma perspectiva ecológica da violência, é possível perceber a influência de fatores sociais e culturais permeados por racismo e machismo. Para além das variáveis de gênero — nas quais o sexo feminino se apresenta como o principal grupo vitimizado — e geracional, em que corpos de crianças e adolescentes tendem a ser sexualizados e mercantilizados (Vieira, 2018), destacam-se as dimensões étnico-raciais em uma sociedade racista, na qual se observa que crianças e adolescentes negras são mais frequentemente sexualizadas, especialmente na presença de homens. Tal contexto reforça a percepção histórica de que os corpos de mulheres negras são mais acessíveis e de que existe uma suposta “obrigação” de iniciação sexual precoce dessas meninas.

As pesquisas existentes (Teodoro, 2022; Urzêdo & Aragão, 2024) indicam que crianças negras são as principais vítimas de violência sexual e que os homens figuram majoritariamente como autores. Entretanto, os dados desta análise apontam para a necessidade de estudos específicos que investiguem as violências sexuais perpetradas por mulheres, especialmente aquelas em que há participação de um coautor masculino. Nesses casos, observa-se a continuidade da subalternização de meninas — em especial de meninas negras —, cujos corpos são mais frequentemente sexualizados e violentados, comprometendo seu desenvolvimento psicossocial e a construção de sua identidade.

Ao analisar a presença de deficiência e/ou transtorno nas vítimas em relação ao sexo dos autores, identificou-se uma associação significativa, ainda que praticamente nula (Cramer's $V = 0,058$; $gl = 3$). Já quanto à orientação sexual das vítimas, verificou-se uma associação estatisticamente significativa com o sexo dos autores, de pequena magnitude (Cramer's $V = 0,123$; $gl = 4$). Esses resultados indicam que a orientação sexual das vítimas apresenta relação com o sexo dos(as) autores(as), embora não de forma intensa.

Assim, com o intuito de ampliar a compreensão sobre os contextos em que a violência sexual ocorre, foi realizada uma análise da associação entre as características das autoras e as características situacionais das violências.

Características das Violências

Outra análise realizada foi a associação entre as características das autoras e as características da violência. Entre as variáveis que apresentaram associação estatisticamente significativa com o número de envolvidos destacam-se: a zona de ocorrência, o horário, a frequência e o local do evento, conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14

Associação entre Número de Envolvidos e Características das Violências Sexuais

Variáveis	Um	Dois ou +	Ignorados	X ²	P-valor
Zona da Ocorrência	f(p)	f(p)	f(p)		
Urbano	1679 (40,2)	1702 (40,8)	134 (3,2)	18,46	0,001
Rural	122 (2,9)	151 (3,6)	14 (0,3)		
Ignorados	160 (3,8)	182 (4,4)	30 (0,7)		
Hora da Ocorrência					
Manhã	115 (2,8)	114 (2,7)	10 (0,2)	20,33	0,009
Tarde	206 (4,9)	196 (4,7)	19 (0,5)		
Noite	180 (4,3)	253 (6,1)	8 (0,2)		
Madrugada	96 (2,3)	81 (1,9)	9 (0,2)		
Não Informado	1364 (32,7)	1391 (33,3)	132 (3,2)		
Ocorreu outras vezes					
Sim	762 (18,3)	1117 (26,8)	32 (0,8)	199,8	0,000
Não	639 (15,3)	455 (10,9)	45 (1,1)		
Ignorado	560 (13,4)	463 (11,1)	101 (2,4)		
Local de Ocorrência					
Residência	1419 (34,0)	1634 (39,1)	93 (2,2)	115,33	0,000

Ambiente Público	363 (8,7)	226 (5,4)	39 (0,9)
Ignorado	179 (4,3)	175 (4,2)	46 (1,1)

A zona de ocorrência apresentou associação estatisticamente significativa com o número de envolvidos ($\chi^2 = 18,46$; $p < .001$), com força de associação de pequena magnitude (Cramer's $V = 0,047$; $gl = 4$). Esses dados levantam alguns questionamentos: estariam eles relacionados ao maior acesso das vítimas à rede de proteção? Ou o percentual poderia estar associado à concentração populacional nos centros urbanos, devido ao maior êxodo rural presente na sociedade contemporânea desde a Revolução Industrial? Ou ainda à combinação desses fatores? Tais indagações destacam a necessidade de estudos direcionados a compreender a violência sexual a partir de marcos territoriais, sejam pesquisas transversais, que visam compreender o fenômeno em um único momento, ou de caráter longitudinal.

A análise da associação entre o horário da ocorrência da violência sexual e o número de envolvidos revelou valor estatisticamente significativo, embora com força de associação considerada irrisória (Cramer's $V = 0,049$; $gl = 8$). Conforme apresentado na Tabela 14, 69,2% ($n = 2.887$) das notificações não registraram o horário do evento, o que compromete substancialmente a fidedignidade das inferências e limita a compreensão da relação entre o turno em que ocorreu a violência e o número de agressores.

Apesar dessa limitação, os dados disponíveis indicam que os casos registrados no turno da manhã e da tarde tendem a ser perpetrados por autoras individuais. Em contraste, as violências noturnas apresentam maior frequência de coautoria, ou seja, envolvimento de dois ou mais autores. Essa tendência pode estar relacionada ao contexto social em que as mulheres desempenham funções de cuidado, estando vinculadas ao papel social de cuidadoras, especialmente em contextos domésticos e educacionais.

Essa constatação dialoga com os achados de Augarde e Rydon-Grange (2022), que destacam que muitas mulheres autoras de violência sexual se inserem em espaços de confiança e cuidado, nos quais a violência é exercida de forma menos visível, frequentemente associada à negligência, manipulação emocional ou à cumplicidade com parceiros masculinos. Por sua vez, chama atenção o aumento da violência perpetrada apenas por mulheres durante a madrugada, sugerindo a necessidade de aprofundamento sobre os fatores contextuais e situacionais desses episódios.

Ao analisar a frequência da violência — ou seja, se o ato ocorreu uma única vez ou de forma reiterada — observa-se associação significativa de força moderada com o número de envolvidos (Cramer's $V = 0,155$; $gl = 4$). As violências praticadas mais de uma vez tendem a estar associadas à presença de coautores, enquanto os episódios únicos são mais frequentemente perpetrados por uma autora solo.

Quanto ao local de ocorrência, observou-se associação significativa com o número de envolvidos (conforme apresentado na Tabela 14). Em ambos os contextos, a residência das vítimas constituiu o principal local da prática da violência. Contudo, destaca-se que, quando a violência ocorreu dentro da residência, houve maior tendência à presença de dois autores ou mais, enquanto em ambientes públicos predominou a atuação de autoras individuais. Embora a magnitude dessa associação tenha sido pequena (Cramer's $V = 0,118$; $gl = 4$), os dados reforçam a relevância do espaço doméstico como território de vulnerabilidade, especialmente quando há a presença de múltiplos autores, reiterando o papel do microssistema familiar como um dos principais contextos de ocorrência da violência sexual.

Dando continuidade à análise das características das violências, a Tabela 15 apresenta a associação entre o número de envolvidos e outras variáveis complementares que contribuem para a compreensão da complexidade dessas dinâmicas.

Tabela 15

Associação entre Número de Envolvidos e Características das Violências Sexuais

Variáveis	Um	Dois ou +	Ignorados	X ²	P-valor
Tipos de Violência	<i>f</i> (p)	<i>f</i> (p)	<i>f</i> (p)		
Sexual	1392 (33,3)	1019 (24,4)	119 (2,9)	185,9	0,000
Co ocorrência	569 (13,6)	1016 (24,3)	59 (1,6)		
Violências Sexuais					
Assédio Sexual	650(15,6)	727(17,4)	49 (1,2)	69,12	0,000
Estupro	1019(24,4)	1129(27,0)	72(1,7)	73,32	0,000
Pornografia Infantil	86(2,1)	113(2,7)	6(0,1)	93,38	0,000
Exploração Sexual	99(2,4)	148(3,5)	10(0,2)	91,99	0,000
Outras	245(5,9)	264(6,3)	27(0,6)	63,79	0,000
Meios de agressão					
Força	512(12,3)	797(19,1)	44(1,1)	119,2	0,000
Enforcamento	14(0,3)	29(0,7)	3(0,1)	50,58	0,000
Objeto Contundente	26(0,6)	80(1,9)	5(0,1)	70,39	0,000
Objeto Cortante	20(0,5)	47(1,1)	4(0,1)	50,83	0,000
Sustância quente	5(0,1)	26(0,6)	3(0,1)	51,01	0,000
Envenenamento	11(0,3)	24(0,6)	1(0,0)	49,13	0,000
Arma de fogo	6 (0,1)	12 (0,3)	-	41,77	0,000
Ameaça	316(7,6)	480(11,5)	15(0,4)	86,84	0,000
Outros	409(9,8)	440(10,5)	33(0,8)	41,61	0,000

No que tange ao tipo de violência, observou-se que a maioria dos casos notificados corresponde à ocorrência exclusiva de violência sexual, enquanto a coocorrência — ou seja, a combinação de múltiplas formas de violência — apresentou menores proporções. A associação entre tipo de violência e número de envolvidos mostrou-se estatisticamente significativa, com força moderada (Cramer's V = 0,211; gl = 2). Conforme apresentado na Tabela 15, a coocorrência demonstra maior tendência de associação com a presença de dois autores ou mais.

Além disso, a Tabela 15 evidencia associação estatisticamente significativa entre os tipos de violência sexual e o número de envolvidos. Ao analisar a magnitude dessas associações, observa-se que os crimes de pornografia infantil (Cramer's $V = 0,109$; $gl = 6$), exploração sexual (Cramer's $V = 0,105$; $gl = 6$) e assédio sexual (Cramer's $V = 0,091$; $gl = 6$) apresentam maior tendência, ainda que de pequena magnitude, a ocorrerem na presença de múltiplos autores.

Entre os meios de agressão que apresentaram associação estatisticamente significativa com o sexo dos(as) autores(as) destacam-se: força, enforcamento, objeto contundente, objeto cortante, substância quente, envenenamento, arma de fogo, ameaça e outros, conforme observado na Tabela 20. O meio de agressão “força” apresentou $\chi^2 = 119,2$; $p < .000$, com força de associação de pequena magnitude (Cramer's $V = 0,120$; $gl = 4$), assim como a ameaça ($\chi^2 = 86,84$; $p < .000$; Cramer's $V = 0,102$; $gl = 4$). Os demais meios de agressão apresentaram força praticamente nula. Além disso, observa-se que a prevalência dos meios de agressão registrados nas tabelas envolveu situações de violência perpetradas por dois autores ou mais. Esses dados sugerem que a presença de coautores, seja do sexo masculino ou feminino, contribui para a utilização de meios distintos de agressão, favorecendo maior severidade da violência sexual.

A literatura especializada oferece importantes contribuições para a interpretação desses achados. De acordo com os estudos, a utilização de armas para a prática da violência não corresponde ao meio mais empregado pelas autoras, sendo a força física e/ou a utilização de insultos, chantagens e coerções as principais formas de agressão (Augarde & Rydon-Grange, 2022; ten Bonsel et al., 2019). A severidade do ato está mais relacionada à presença de um coautor do sexo masculino, aumentando a probabilidade de uso de violência física durante o episódio de violência sexual (Budd & Bierie, 2020).

Outro dado relevante refere-se à associação entre as características das violências e o sexo dos autores, conforme pode ser observado na Tabela 16.

Tabela 16

Associação entre Sexo dos Autores e as Características das Violências Sexuais

Variáveis	Feminino	Ambos	Total	X ²	P-valor
	f(p)	f(p)	f(p)		
Hora da Ocorrência					
Manhã	138 (3,30)	101(2,40)	239(5,70)	12,64	0,01
Tarde	232(5,60)	189(4,50)	421(10,1)		
Noite	206(4,90)	235(5,6)	441(10,6)		
Madrugada	106(2,50)	80(1,90)	186(4,50)		
Não Informado	1589(38,1)	1298(31,1)	2887(69,2)		
Ocorreu outras vezes					
Sim	872(20,9)	1039(24,3)	1911(45,8)	116,26	0,000
Não	735(17,6)	404(9,7)	1139(27,3)		
Ignorado	664(15,9)	460(11,0)	1124(26,9)		
Local de Ocorrência					
Residência	1614(38,7)	1532(36,7)	3146(75,4)	60,49	0,000
Ambiente Público	427(10,2)	201(4,8)	628(15,0)		
Ignorado	230(5,5)	170(4,1)	400(9,6)		

A análise da Tabela 16 revela uma associação estatisticamente significativa entre o sexo dos autores e o horário de ocorrência da violência sexual ($\chi^2 = 12,64$; $p < .001$), com força de associação de pequena magnitude (Cramer's V = 0,047; gl = 4). Observa-se que os casos perpetrados apenas por mulheres concentram-se predominantemente nos turnos diurnos, enquanto as situações envolvendo autores de ambos os sexos ocorrem com maior frequência no período noturno. A diminuição da coautoria durante a madrugada, com predomínio novamente de mulheres autoras, pode indicar que certos atos são cometidos de forma mais impulsiva, sem planejamento ou com menor participação de terceiros —

possibilidade sugerida por Gannon et al. (2013), ao diferenciarem estilos de ofensa entre mulheres, como os modelos “impulsivo-opressivo” e “relacional-coercitivo”.

A análise do horário de ocorrência em relação ao sexo dos autores indica que a presença de um coautor do sexo masculino tende a estar associada à prática da violência durante a noite, entre 18h e 23:59.

Os dados também demonstraram associação significativa entre o sexo dos autores e a frequência da violência — ou seja, se o ato ocorreu uma única vez ou mais de uma — apresentando força de associação pequena (Cramer's $V = 0,167$; $gl = 2$). Essa magnitude é inferior à observada anteriormente entre o número de envolvidos e a frequência da violência, considerando o impacto do grau de liberdade na interpretação da força da associação. Esses achados indicam que a repetição da violência tende a ocorrer com coautoria, possivelmente relacionada à permanência da vítima em contextos de abuso compartilhado, como ambientes familiares ou relacionais. Tal constatação encontra respaldo em Salter et al. (2023), que demonstram que a autoria de mulheres, conjuntamente com coautores do sexo masculino, pode estar inserida em dinâmicas complexas de dependência emocional, violência doméstica ou reforço mútuo de comportamentos abusivos.

Quanto ao local de ocorrência, também foi observada associação significativa com o sexo dos autores. Destaca-se que, tanto na residência quanto em ambientes públicos, as violências realizadas apenas pelo sexo feminino apresentaram maior percentual. Contudo, observa-se que, nos ambientes públicos, as situações de violência cometidas exclusivamente por mulheres superam em mais do que o dobro as ocorrências perpetradas por ambos os sexos.

Ao analisar os locais específicos de ocorrência, identificou-se a escola, com 197 casos (4,7%), seguida de outros locais (121 casos), como os principais espaços externos em que as

mulheres figuraram como autoras. Já nas situações envolvendo ambos os sexos, os principais locais foram: outros (83 casos), via pública (57 casos) e escolas (27 notificações).

Esses dados sugerem que, além da residência, ambientes institucionais de cuidado e socialização, como escolas, creches ou instituições educacionais, configuram-se como espaços significativos de ocorrência da violência sexual perpetrada por mulheres. Tal padrão se alinha com estudos que apontam a presença de autoras femininas em contextos de confiança e responsabilidade sobre crianças e adolescentes (Augarde & Rydon-Grange, 2022).

As informações sobre as características das violências associadas ao sexo dos autores estão sinalizadas na Tabela 17.

Tabela 17

Associação entre Sexo dos Autores e as Características das Violências Sexuais

Variáveis	Feminino	Ambos	Total	X ²	P-valor
Tipos de Violência	f(p)	f(p)	f(p)		
Somente Sexual	1597 (38,3)	933 (22,4)	2530 (60,6)	196,6	0,000
Co ocorrência	674 (16,1)	970 (23,2)	1644 (39,4)		
Violências Sexuais					
Assédio Sexual	726 (17,4)	700 (16,8)	1426 (34,2)	16,32	0,001
Estupro	1119 (26,8)	1101 (26,4)	2220 (53,2)	51,04	0,000
Pornografia Infantil	87 (2,1)	118 (2,8)	205 (4,9)	26,41	0,000
Exploração Sexual	115 (2,8)	142 (3,4)	257 (6,2)	19,24	0,000
Outras	280 (6,7)	256 (6,1)	536 (12,8)	17,34	0,001
Meios de agressão					
Força	604 (14,5)	749 (17,9)	1353 (32,4)	84,45	0,000
Objeto Contundente	38 (0,9)	73 (1,70)	111 (2,7)	19,59	0,000
Objeto Cortante	25 (0,6)	46 (1,10)	71 (1,70)	12,2	0,002
Sustância quente	8(0,20)	26 (0,6)	34(0,80)	14,1	0,001

Ameaça	340 (8,10)	471(11,3)	811(19,4)	67,07	0,000
Outros	429(10,3)	453 (10,9)	882(21,1)	18,2	0,000

A associação entre o tipo de violência e o sexo dos autores mostrou-se estatisticamente significativa, ainda que com força fraca (Cramér's $V = 0,217$; $gl = 1$), conforme apresentado na Tabela 17. Observa-se que a coocorrência tende a estar mais associada à coautoria masculina, sugerindo que o envolvimento de autores homens pode estar relacionado a atos de maior complexidade ou gravidade.

Ao se analisar mais especificamente a natureza da violência, verifica-se que os crimes de pornografia infantil (Cramér's $V = 0,109$; $gl = 6$), exploração sexual (Cramér's $V = 0,105$; $gl = 6$) e assédio sexual (Cramér's $V = 0,091$; $gl = 6$) apresentam maior tendência — ainda que de pequena magnitude — de ocorrerem na presença de mais de um autor.

Por outro lado, o crime de estupro apresentou uma tendência relativamente maior de estar associado à autoria do sexo feminino (Cramér's $V = 0,111$; $gl = 3$), embora essa associação também seja considerada de pequena magnitude. Esses achados sugerem padrões distintos de coautoria a depender da tipologia da violência sexual, o que pode estar relacionado tanto às dinâmicas de poder quanto à natureza dos atos praticados.

Essas distinções nos padrões de associação podem refletir diferentes dinâmicas de poder e a própria natureza dos atos. No contexto da violência sexual, a dinâmica de poder refere-se às relações hierárquicas, afetivas ou de dominação entre os envolvidos no crime. Crimes como a pornografia infantil e a exploração sexual frequentemente envolvem ações planejadas, controle sobre a vítima e manipulação de recursos tecnológicos e sociais — elementos que tendem a demandar maior coordenação entre os autores. Nesses casos, a presença de um coautor do sexo masculino pode refletir tanto uma divisão de tarefas quanto

um cenário em que a mulher atua de forma subordinada ou em parceria com o homem, reforçando padrões de dominação patriarcal (Christensen & Woods, 2023).

Já no caso do estupro praticado por mulheres, observa-se uma ruptura parcial desses padrões, indicando que a mulher pode assumir um papel ativo na violência, sem necessariamente depender da participação masculina. No entanto, a prevalência relativamente menor dessa configuração e a magnitude reduzida da associação sugerem que esses casos ainda são atípicos.

A associação observada entre pornografia infantil e exploração sexual, com a presença de ambos os sexos na posição de autores, corrobora os achados de Christensen e Woods (2023), que apontam que mulheres autoras de crimes sexuais tendem a estar envolvidas na produção e/ou disseminação de material de abuso sexual infantil em parceria com coautores do sexo masculino. Esses dados indicam que, embora algumas mulheres apareçam como autoras individuais no consumo de material de abuso infantil, a produção desse tipo de conteúdo tende a ocorrer em contextos de coautoria, especialmente com homens (Christensen & Woods, 2023).

Outra associação estatisticamente significativa foi observada entre o sexo dos(as) autores(as) e os meios de agressão utilizados — força, objeto contundente, objeto cortante, substância quente, ameaça e outros — conforme apresentado na Tabela 17. Os meios de agressão força e ameaça apresentaram as maiores, ainda que pequenas, forças de associação (Cramér's $V = 0,142$; $gl = 2$; e Cramér's $V = 0,127$; $gl = 2$, respectivamente). Os demais meios apresentaram força irrisória, praticamente nula.

Os dados demonstraram que os meios de agressão força e ameaça mantiveram maior associação com o sexo dos(as) autores(as), em comparação aos demais meios, em processo semelhante ao observado anteriormente em relação ao número de envolvidos. Assim, observou-se que a presença de coautores do sexo masculino esteve relacionada a uma maior

tendência ao uso da força e da ameaça no momento da violência sexual. Essa tendência reforça os achados de Budd e Bierie (2020), que apontam aumento na probabilidade de uso de força em episódios de violência sexual envolvendo coautoria masculina.

Portanto, os achados reforçam que as práticas de violência sexual perpetradas por mulheres não são homogêneas, e que sua configuração pode estar interligada a diversos fatores — desde as características individuais das autoras e das vítimas até a natureza da violência. Isso implica a necessidade de análises mais profundas e críticas, que considerem as especificidades da participação feminina nesses crimes, sem ignorar a complexidade das relações de coautoria e os fatores biopsicossociais que as atravessam.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo analisar os casos de violência sexual praticados por mulheres contra crianças e adolescentes, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2018 a 2022, nos estados do Amazonas, Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. As análises estatísticas descritivas e exploratórias permitiram compreender as particularidades das autoras femininas, os vínculos estabelecidos com as vítimas e as dinâmicas contextuais, contribuindo de forma significativa para o entendimento da temática.

A análise evidenciou que, embora a violência sexual cometida por mulheres represente um número proporcionalmente menor em relação à perpetrada por homens, sua ocorrência revela dinâmicas complexas — que desafiam paradigmas tradicionais, segundo os quais o homem ocupa a posição exclusiva de autor da violência sexual — e distintas das praticadas por autores masculinos.

A princípio, realizou-se a caracterização dos casos de violência sexual cometidos por mulheres contra crianças e adolescentes nos estados participantes da pesquisa. Mesmo diante das dificuldades encontradas, foi possível atingir os objetivos propostos.

Os resultados permitiram mapear aspectos centrais das violências praticadas por mulheres, destacando que a atuação feminina frequentemente ocorre em coautoria, especialmente com parceiros do sexo masculino e em contextos intrafamiliares. O vínculo da autora com a vítima mostrou-se um elemento-chave na análise, sendo as mães as principais autoras e responsáveis por parcela expressiva dos registros. Além disso, a violência sexual protagonizada por mulheres mostrou-se mais prevalente em contextos de confiança, o que reforça a dificuldade de sua identificação e notificação.

A atuação feminina, especialmente em contextos de coautoria, levanta questionamentos relevantes para pesquisas futuras: a participação das mulheres nesses crimes estaria condicionada à presença de um coautor masculino, geralmente um parceiro íntimo? Ou seriam os próprios limites culturais e institucionais que dificultam o reconhecimento da autoria feminina isolada, perpetuando a subnotificação desses casos? Ademais, a violência sexual em coautoria poderia refletir vínculos marcados por coerção, dependência afetiva ou vulnerabilidade emocional — elementos que ainda carecem de aprofundamento investigativo.

Ao longo do trabalho, foi possível atender aos objetivos estabelecidos, ainda que dentro dos limites impostos pelos dados disponíveis. Caracterizaram-se os casos registrados, identificaram-se os perfis das vítimas e autoras, e analisaram-se as relações entre suas características e a natureza da violência praticada. A comparação entre os estados, embora limitada por desigualdades regionais na notificação e pela ausência de variáveis contextuais mais robustas, evidenciou discrepâncias e sugeriu a influência de fatores territoriais na dinâmica dos registros. As análises também indicaram maior prevalência de coautoria em

estados com maior densidade populacional e rede de serviços mais estruturada, levantando hipóteses para investigações futuras.

Observa-se que, historicamente, a literatura tende a enquadrar as mulheres autoras de violência sexual em perspectivas patologizantes, frequentemente associando sua conduta à presença de transtornos parafilicos — especialmente quando ocupam posições de cuidado, como é o caso das mães. Outros discursos negam a existência da violência sexual feminina ou a romantizam, tratando-a como uma suposta “iniciação sexual”, sobretudo quando as vítimas são do sexo masculino. Esses estigmas contribuem para a invisibilização do fenômeno, dificultando sua identificação, responsabilização e enfrentamento. O reconhecimento das mulheres como autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se, portanto, como um tema sensível e controverso, sobretudo quando a violência é perpetrada pela própria mãe da vítima.

Do ponto de vista teórico e acadêmico, esta pesquisa buscou contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero enraizados na compreensão da violência sexual, ao abordar criticamente a atuação feminina enquanto autora e coautora desses crimes. Além disso, o estudo procurou ampliar a escassa literatura nacional sobre o tema e introduzir uma perspectiva ecológica de análise do fenômeno, considerando múltiplos níveis de influência — individuais, relacionais, comunitários e sociais — sobre a ocorrência da violência, mesmo diante das limitações impostas pela escassez de informações disponíveis para uma análise ecológica completa.

Do ponto de vista metodológico e acadêmico, a presente pesquisa, ao utilizar dados secundários oficiais de nível nacional e realizar análises estatísticas rigorosas, oferece uma base empírica atualizada e útil para pesquisadores, estudantes e centros de estudo em áreas como saúde pública, psicologia, serviço social e criminologia.

No que se refere às contribuições sociais, os achados deste trabalho ajudam a desestabilizar discursos que romantizam ou negam a violência sexual cometida por mulheres, especialmente quando as vítimas são meninos ou quando a autora é a mãe. A pesquisa revela como estigmas sociais e mitos de gênero — como a idealização da maternidade e a negação da mulher como sujeito violento — dificultam o reconhecimento dessas situações, atrasam o acesso à proteção das vítimas e comprometem o enfrentamento do problema. Ao lançar luz sobre a participação feminina nesse tipo de crime, o estudo contribui para o fortalecimento de uma cultura de enfrentamento da violência baseada na realidade concreta dos dados, e não em pressupostos normativos sobre gênero.

Do ponto de vista técnico, a análise crítica das fichas de notificação aponta falhas estruturais no preenchimento e na captação de informações, especialmente no que se refere à figura dos(as) autores(as) de violência, sugerindo a urgência de revisões nos instrumentos de coleta e na capacitação das equipes envolvidas. Essa contribuição é estratégica para o aprimoramento da vigilância epidemiológica e para o aumento da confiabilidade dos dados utilizados na formulação de políticas públicas.

As dificuldades encontradas na pesquisa manifestaram-se desde a análise descritiva, devido à baixa qualidade de parte dos dados disponíveis no SINAN, principalmente em relação às informações sobre os autores de violência. As informações disponíveis restringiam-se a poucas variáveis — ciclo, sexo, número de envolvidos, uso de álcool e tipo de relação. Além disso, o preenchimento incorreto de fichas comprometeu as análises iniciais, exigindo a exclusão de algumas notificações nas quais foi possível identificar contradições nas informações. Contudo, não foi possível aplicar o mesmo critério a todos os casos, em razão do elevado número de registros analisados. A alta taxa de informações ignoradas ou vazias aponta fragilidades no sistema de vigilância e no preenchimento das

fichas, comprometendo tanto a produção de conhecimento quanto a formulação de políticas públicas eficazes.

Entre as limitações da pesquisa está a própria natureza secundária dos dados, que impede o aprofundamento qualitativo da experiência das vítimas e das autoras. A ausência de variáveis que contemplassem aspectos subjetivos, contextuais ou históricos das relações entre os envolvidos impossibilitou uma análise integral sob a perspectiva ecológica originalmente proposta.

Esse panorama reforça a importância de investimentos na qualificação dos profissionais de saúde, assistência e segurança pública responsáveis pelo registro, acolhimento e acompanhamento das vítimas, bem como na revisão dos protocolos de notificação. Além disso, evidencia-se a necessidade de pesquisas que problematizem os discursos sociais e institucionais sobre mulheres autoras de violência sexual, superando abordagens simplistas ou moralizantes e incorporando as complexidades sociais, afetivas e estruturais envolvidas nesses casos.

Recomenda-se que pesquisas futuras invistam em abordagens qualitativas que explorem mais profundamente as experiências das vítimas e das autoras, suas trajetórias de vida e históricos de vitimização prévia, bem como suas motivações. Deve-se dar ênfase ao papel das relações de coautoria, especialmente com parceiros do sexo masculino, quando estes são parceiros íntimos. É fundamental compreender em que medida essas mulheres atuam sob coerção, dependência emocional ou econômica, ou se protagonizam a violência de forma autônoma. Também é necessário aprofundar os estudos sobre os efeitos da violência sexual praticada por mulheres em vítimas de diferentes idades, gêneros, raças e condições socioeconômicas.

Além disso, sugerem-se investigações voltadas especificamente à gestação resultante da violência sexual, à atuação de adolescentes enquanto autoras e às especificidades regionais do fenômeno, essenciais para uma compreensão mais ampla e crítica do problema.

Por fim, recomenda-se a realização de estudos comparativos em diferentes regiões do país e o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares que integrem aspectos jurídicos, psicológicos e sociais. A compreensão da violência sexual praticada por mulheres exige um olhar crítico, interseccional e comprometido com o enfrentamento das múltiplas formas de silenciamento que ainda permeiam essa realidade.

Referências

- Araujo, L. J., dos Santos Franco, D. C. A., & Nazar, T. C. G. (2024). Caracterização da violência sexual em adolescentes de escolas públicas de um município do sudoeste do Paraná. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(11), e6706-e6706.
- Ardenghi, F. O., & Sanches, M. A. (2025, out). Mapeamento das características pessoais do perfil de agressor(a) sexual infantil: uma revisão de escopo. *Cien Saude Colet*. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/mapeamento-das-caracteristicas-pessoais-do-perfil-de-agressora-sexual-infantil-uma-revisao-de-escopo/19835>
- Assis, S. G. (2006). Aspectos conceituais da violência na infância e adolescência. In C. Lima (Org.), *Violência faz mal à saúde* (pp. 39–48). MS.
- Augarde, S., & Rydon-Grange, M. (2022). Female perpetrators of child sexual abuse: A review of the clinical and empirical literature – A 20-year update. *Aggression and Violent Behavior*, 62. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101687>
- Bastos, K. R. P., Eusébio, A. M. L., Pereira, K. N. A., Silva, T. O. S. D., & Costa, L. F. (2021). Características dos adolescentes ofensores sexuais e de suas vítimas: um estudo de processos judiciais. *Saúde e Sociedade*, 30, e181112.
- Brasil. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e da adolescente vítima ou testemunha de violência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF; 2017. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. (2024). Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. *Boletim Epidemiológico*, 54, 1–15.

- Braga, L. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17, 413–420. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300009>
- Brown, K. M., & Kloess, J. A. (2020). The motivations of female child sexual offenders: A systematic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 50. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.101361>
- Budd, K. M., & Bierie, D. M. (2020). Injury Matters: On Female-Perpetrated Sex Crimes. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(19–20), 3735–3766. <https://doi.org/10.1177/0886260517711178>
- Carvalho, A. A. D., & Barreto, R. C. V. (2021). A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(09), 4059–4064.
- Carvalho, Q. C. M., Cardoso, M. V. L. M. L., Silva, M. J. da, Braga, V. A. B., & Galvão, M. T. G. (2008). Violência contra criança e adolescente: reflexão sobre políticas públicas. *Rev Rene*, 9(2). Retrieved from <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/5056>
- Chaves, L. N., Neves, M. N. D. S. S., de Araújo, M. H. M., dos Santos Calandrini, T. D. S., Cardoso, R. F., & de Oliveira Menezes, R. A. (2020). Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da amazônia brasileira: um estudo exploratório-descritivo. *Diagnóstico e Tratamento*, 25(4), 138–146.
- Christiansen, A. R., & Thyer, B. A. (2002). Female sexual offenders: A review of empirical re-search. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 6(3), 1–16. https://doi.org/10.1300/J137v06n03_01

- Cortoni, F., Babchishin, K. M., & Rat, C. (2017). The Proportion of Sexual Offenders Who Are Female Is Higher Than Thought: A Meta-Analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 44(2), 145–162. <https://doi.org/10.1177/0093854816658923>
- Cruz, V., & Albuquerque, C. P. (2013). Maus-tratos em crianças e adolescentes com deficiência e/ou perturbações do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 19, 9–24.
- da Costa, L. P., da Rocha, C. J. B., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Biopsychosocial characteristics of accused child sex offenders in the intrafamilial and extrafamilial contexts. *Trends in Psychology*, 26(1), 283–309. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt>
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163–1178.
- de Oliveira, M. S. C., da Silva, L. G., Froes, A. S. G., de Araújo Segundo, A. P., Costa, M. C. X. M., Mendes, M. G., ... & de Carvalho, W. R. O. (2024). CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO DO NORDESTE BRASILEIRO. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(11), 855–870.
- de Paula Faleiros, V. (2003). Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. *Serviço Social & Saúde*, 2(1), 65–82.
- de Quadros, V. S. B., & de Mello, M. F. L. (2022). Síndrome do silêncio e enfrentamento à violência sexual infantil. *Anais Seminário de Filosofia e Sociedade*, 6.
- DeCou, C. R., Cole, T. T., Rowland, S. E., Kaplan, S. P., & Lynch, S. M. (2015). An Ecological Process Model of Female Sex Offending: The Role of Victimization, Psychological Distress, and Life Stressors. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 27(3), 302–323. <https://doi.org/10.1177/1079063214556359>

- Espinoza, O. (2002). A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, 1(1), 35–59.
- Felizardo, D., Zurcher, E., & Melo, K. (2006). Violência sexual: conceituação e atendimento. In C. Lima (Org.), *Violência faz mal à saúde* (pp. 69–80). MS.
- Ferraz, M. M. P. F. (2021). *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 192p.
- Ferreira, A. L., & Moura, A. T. M. S. de (2017). Abuso Sexual. In D. A. R. Burns, D. Campos Jr, L. R. Silva, & W. G. Borges (Orgs.), *Tratado de Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria*, 4, 100–103.
- Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gannon, T. A., & Rose, M. R. (2008). Female child sexual offenders: Towards integrating theory and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 13(6), 442–461. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2008.07.002>
- Garcia, A. A. A., Rezende, P. C., Rodrigues, I. G., & Vieira, D. (2024). Análise das notificações de violência contra criança e adolescente em Minas Gerais. *Caderno Pedagógico*, 21(4), e3759. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n4-090>
- Garcia, L. P., & Sanchez, Z. M. (2020). Consumo de álcool durante a pandemia da COVID-19: uma reflexão necessária para o enfrentamento da situação. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00124520.
- Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Bueno, R. K., & Crepaldi, M. A. (2014). As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. *Pensando Famílias*, 18(2), 3–16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200002&lng=pt&tlng=pt

- Gray, A., Pithers, W. D., Busconi, A., & Houchens, P. (1999). Developmental and etiological characteristics of children with sexual behavior problems: Treatment implications. *Child Abuse & Neglect*, 23(6), 601–621.
- Grilo, M., & Poiares, N. (2022). Mulheres e desvio: crimes sexuais e magistratura judicial. *Ex-Aequo*, 45, 65–82. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.45.0>
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, H., & Machado, P. X. (2005). Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. www.scielo.br/prc
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23, 395–416.
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The Lancet*, 360(9339), 1083–1088.
- Levenson, J. S., Willis, G. M., & Prescott, D. S. (2015). Adverse Childhood Experiences in the Lives of Female Sex Offenders. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 27(3), 258–283. <https://doi.org/10.1177/1079063214544332>
- Locatelli, T. Z., da Silva Vieira, G. G., Lindner, S. R., Warmling, D., Bolsoni, C., & Coelho, E. B. S. (2023). Características de homens e mulheres autores de violência sexual: uma revisão de escopo. *Research, Society and Development*, 12(4), e10812440375-e10812440375.
- Lourenço, S. D. S., Polidoro, M., Pilotto, L. M., & Martins, A. B. (2023). Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul: estudo descritivo, 2014–2018. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 32, e2022853.
- Macedo, D. M., Foschiera, L. N., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2019). Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e

- adolescentes no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 487–496.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016>
- Mendonça, C. S., Machado, D. F., Almeida, M. A. S. D., & Castanheira, E. R. L. (2020). Violência na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(6), 2247–2257. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.19332018>
- Miller, H. A., & Marshall, E. A. (2019). Comparing Solo- and Co-Offending Female Sex Offend-ers on Variables of Pathology, Offense Characteristics, and Recidivism. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 31(8), 972–990.
<https://doi.org/10.1177/1079063218791179>
- Ministério da Saúde (BR), & Secretaria de Vigilância em Saúde. (2018). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. *Boletim Epidemiológico*, 49(27), 1–17.
- Miranda, M. H. H., Fernandes, F. E. C. V., Melo, R. A. D., & Meireles, R. C. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 54, e03633.
- Moreira, L. C., & Mouro, F. R. D. (2021). Crianças e adolescentes com deficiência em situação de violência: cruzamento de conectores sociais. *Revista Educação Especial*, 34, e73/1–19. <https://doi.org/10.5902/1984686X67913>
- Narvaz, M. G. (2010). Gênero: para além da diferença sexual – Revisão da literatura. *ALETHEIA*, 0(32), 174–182.
<http://posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/aletheia/article/view/3530>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647–654.
<https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). A concepção de família de uma Mulher-Mãe de Vítimas de Incesto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 395–406. <https://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a08v19n3>
- Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 871–880. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>
- Oliveira, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2017). A epistemologia do pensamento sistêmico e as contribuições de Humberto Maturana. *Psicologia em Estudo*, 22(3), 325–334.
- Oliveira, J. R. de. (2013). Violência sexual sofrida por crianças e adolescentes e coocorrências: Estudo do perfil e coeficientes de incidência em uma década (2001–2010) [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana]. Repositório Institucional da UEFS.
- Oliveira, N. F. D., Moraes, C. L. D., Junger, W. L., & Reichenheim, M. E. (2020). Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009–2016. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29, e2018438.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Humano* (12ª ed.).
- Pfeiffer, L., & Waksman, R. D. (2017). Diagnóstico das apresentações da violência na infância e adolescência. In D. A. R. Burns, D. Campos Jr, L. R. Silva, & W. G. Borges (Orgs.), *Tratado de Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria*, 4, 92–99.
- Reis, D. C. (2016). *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de Vida* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Reis, D. C., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Autor de agressão sexual de criança/adolescente: Uma caracterização da produção sobre o tema. *Ciências & Cognição*, 23(2), 263–276.

- Rosa, S. V. da, Milbrath, V. M., Gabatz, R. I. B., Soares, M. C., & Moraes, J. Z. (2022). Violência intrafamiliar contra crianças: as representações sociais de mulheres agressoras. *Research, Society and Development*, 11(14), e115111435970. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.35970>
- Saffioti, H. I. B. (1997). No fio da navalha: Violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In F. R. Madeira (Org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil* (pp. 135–121). Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos.
- Said, A. P., & Costa Junior, Á. L. (2018). Poly-victimization of sexually abused boys: a documental analysis from mandatory reporting records. *Contextos Clínicos*, 11(1), 26–36.
- Sanchez, R. N., & Minayo, M. C. S. (2006). Violência contra crianças e adolescentes: Questão histórica, social e de saúde. In C. Lima (Org.), *Violência faz mal à saúde* (pp. 29–38). MS.
- Santos, S. S., Pelisoli, C., & Dell’Aglio, D. D. (2012). Desvendando segredos: padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. In L. F. Habigzang, S. H. Koller, & colaboradores (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp. 53–68). Porto Alegre: Artmed.
- Schröder J, Kratzer L, Yamak Y, Briken P, Tozdan S. The role of stigmatization in developing post-traumatic symptoms after experiencing child sexual abuse by a female perpetrator. *European Journal of Psychotraumatology*. 2021;12(1):1966982.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 9–255.
- Secretaria de Vigilância em Saúde. (2015). Instrutivo ficha de notificação de violência interpessoal e autoprovocada. Brasília: Ministério da Saúde.

- Setubal, C. B., Wolff, L. D. S., Stroher, L. M. C., Blanco-Vieira, T., & Costa, L. F. (2019). Revista de Psicologia, 28(1). <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2019.53956>
- Shaw, J. A., Lewis, J. E., Loeb, A., Rosado, J., & Koziol-McLain, J. (2015). Female perpetrators of sexual assault against children: Data from law enforcement records. *Child Abuse & Neglect*, 41, 122–132. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.09.009>
- ten Bensel, T., Gibbs, B., & Burkey, C. R. (2019). Female Sex Offenders: Is There a Difference Between Solo and Co-Offenders? *Journal of Interpersonal Violence*, 34(19), 4061–4084. <https://doi.org/10.1177/0886260516674202>
- Teodoro, C. (2022). Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. *Zero-a-seis*, 24, 6.
- Tozdan, S., Briken, P., & Dekker, A. (2019). Uncovering female child sexual offenders—needs and challenges for practice and research. In *Journal of Clinical Medicine* (Vol. 8, Issue 3). MDPI. <https://doi.org/10.3390/jcm8030401>
- Urzêdo, S. R. P., & Aragao, A. S. (2024). Violência sexual contra crianças e adolescentes pelas lentes da interseccionalidade: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Mosaico*, 15(2), 348-357.
- Vandiver, D. M., Braithwaite, J., & Stafford, M. C. (2019). An Assessment of Recidivism of Female Sexual Offenders: Comparing Recidivists to Non-Recidivists over Multiple Years. *American Journal of Criminal Justice*, 44(2), 211–229. <https://doi.org/10.1007/s12103-018-9451-9>
- Veloso, M. M. X. (2015). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde [Tese]. Belém-PA: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará (UFPA).

- Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., & Cabral, I. R. (2017). Identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde. *Mudanças*, 25(1), 1-8.
- Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., Dell’Aglío, D. D., Cabral, I. R., & Gomes, M. M. (2013). Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1263–1272. 10.1590/s1413-81232013000500011
- Vieira, M. S. (2018). Violência sexual contra meninas: do silêncio ao enfrentamento/Sexual violence against girls: from silence to confrontation. *Libertas*, 18(2).
- Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L., & Marshall, W. L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: An integrative review. *Clinical psychology review*, 17(5), 479-507.
- Weigert, M. de A. B. e, & Carvalho, S. de. (2020). Criminologia Feminista com Criminologia Crítica: Perspectivas teóricas e teses convergentes. *Revista Direito e Práxis*, 11(3), 1783–1814. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/38240>
- Wijkman, M., Bijleveld, C., & Hendriks, J. (2010). Women don’t do such things! characteristics of female sex offenders and offender types. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 22(2), 135–156. <https://doi.org/10.1177/1079063210363826>

Anexos

Anexo A: Ficha De Notificação Individual - SINAN

República Federativa do Brasil Ministério da Saúde		SINAN SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL		Nº	
Dados Gerais	1	Tipo de Notificação		2 - Individual	
	2	Agravo/doença	VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA		
	3	Código (CID10)	Y09		
	4	UF	5	Município de notificação	Código (IBGE)
Notificação Individual	6	Unidade Notificadora			☐ 1- Unidade de Saúde ☐ 2- Unidade de Assistência Social ☐ 3- Estabelecimento de Ensino ☐ 4- Conselho Tutelar ☐ 5- Unidade de Saúde Indígena ☐ 6- Centro Especializado de Atendimento à Mulher ☐ 7- Outros
	7	Nome da Unidade Notificadora		Código Unidade	
	8	Unidade de Saúde		Código (CNES)	
	9	Data da ocorrência da violência			
Dados de Residência	10	Nome do paciente			
	11	Data de nascimento			
	12	(ou) Idade	13	Sexo	
	14	Gestante			
Dados Complementares	15	Raça/Cor			
	16	Escolaridade			
	17	Número do Cartão SUS			
	18	Nome da mãe			
Dados da Pessoa Atendida	19	UF	20	Município de Residência	
	21	Código (IBGE)			
	22	Bairro	23	Logradouro (rua, avenida,...)	
	24	Número	25	Complemento (apto., casa, ...)	
Dados da Ocorrência	26	Geo campo 1			
	27	Geo campo 2			
	28	Ponto de Referência			
	29	CEP			
Dados da Ocorrência	30	(DDD) Telefone			
	31	Zona			
	32	País (se residente fora do Brasil)			
	33	Nome Social			
Dados da Ocorrência	34	Ocupação			
	35	Situação conjugal / Estado civil			
	36	Orientação Sexual			
	37	Identidade de gênero			
Dados da Ocorrência	38	Possui algum tipo de deficiência/ transtorno?			
	39	Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno?			
	40	UF			
	41	Município de ocorrência			
Dados da Ocorrência	42	Código (IBGE)			
	43	Bairro			
	44	Logradouro (rua, avenida,...)			
	45	Número			
Dados da Ocorrência	46	Complemento (apto., casa, ...)			
	47	Geo campo 3			
	48	Geo campo 4			
	49	Ponto de Referência			
Dados da Ocorrência	50	Zona			
	51	Hora da ocorrência			
	52	Local de ocorrência			
	53	Ocorreu outras vezes?			
Dados da Ocorrência	54	A lesão foi autoprovocada?			
	55	Local de ocorrência			
	56	Local de ocorrência			
	57	Local de ocorrência			

Violência	55 Essa violência foi motivada por: 01-Sexismo 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia 03-Racismo 04-Intolerância religiosa 05-Xenofobia 06-Conflito geracional 07-Situação de rua 08-Deficiência 09-Outros 88-Não se aplica 99-Ignorado		
	56 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado ☐ Física ☐ Tráfico de seres humanos ☐ Intervenção legal ☐ Psicológica/Moral ☐ Financeira/Econômica ☐ Negligência/Abandono ☐ Outros ☐ Tortura ☐ Trabalho infantil		
Violência Sexual	57 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado ☐ Força corporal/espâncamento ☐ Obj. perfuro-cortante ☐ Arma de fogo ☐ Enforcamento ☐ Substância/Obj. quente ☐ Ameaça ☐ Obj. contundente ☐ Envenenamento, Intoxicação ☐ Outro		
	58 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado ☐ Assédio sexual ☐ Estupro ☐ Pornografia infantil ☐ Exploração sexual ☐ Outros		
Dados do provável autor da violência	59 Procedimento realizado 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado ☐ Profilaxia DST ☐ Profilaxia Hepatite B ☐ Coleta de sêmen ☐ Contracepção de emergência ☐ Profilaxia HIV ☐ Coleta de sangue ☐ Coleta de secreção vaginal ☐ Aborto previsto em lei		
	60 Número de envolvidos 1- Um ☐ 2- Dois ou mais ☐ 9- Ignorado 61 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida 1- Sim 2- Não 9- Ignorado ☐ Pai ☐ Ex-Cônjuge ☐ Amigos/conhecidos ☐ Policial/agente da lei ☐ Mãe ☐ Namorado(a) ☐ Desconhecido(a) ☐ Própria pessoa ☐ Padrasto ☐ Ex-Namorado(a) ☐ Cuidador(a) ☐ Outros ☐ Madrasta ☐ Filho(a) ☐ Patrão/chefe ☐ Pessoa com relação institucional ☐ Cônjuge ☐ Irmão(ã)		
Encaminhamento	62 Sexo do provável autor da violência 1- Masculino ☐ 2- Feminino ☐ 3- Ambos os sexos ☐ 9- Ignorado 63 Suspeita de uso de álcool 1- Sim ☐ 2- Não ☐ 9- Ignorado ☐		
	64 Ciclo de vida do provável autor da violência: ☐ 1-Criança (0 a 9 anos) 3-Jovem (20 a 24 anos) 5-Pessoa idosa (60 anos ou mais) 2-Adolescente (10 a 19 anos) 4-Pessoa adulta (25 a 59 anos) 9-Ignorado		
Dados finais	65 Encaminhamento: 1-Sim 2-Não 9-Ignorado ☐ Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde, hospital, outras) ☐ Conselho do Idoso ☐ Delegacia de Atendimento à Mulher ☐ Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) ☐ Delegacia de Atendimento ao Idoso ☐ Outras delegacias ☐ Rede da Educação (Creche, escola, outras) ☐ Centro de Referência dos Direitos Humanos ☐ Justiça da Infância e da Juventude ☐ Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras) ☐ Ministério Público ☐ Defensoria Pública ☐ Conselho Tutelar ☐ Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente		
	66 Violência Relacionada ao Trabalho ☐ 67 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) ☐ 68 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX 1- Sim 2- Não 9- Ignorado 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado		
69 Data de encerramento			
Informações complementares e observações			
Nome do acompanhante Vínculo/grau de parentesco (DDD) Telefone			
Observações Adicionais: 			
Disque Saúde - Ouvidoria Geral do SUS 136 TELEFONES ÚTEIS Central de Atendimento à Mulher 180 Disque Direitos Humanos 100			
Notificador	Município/Unidade de Saúde		Cód. da Unid. de Saúde/CNES
	Nome	Função	Assinatura
Violência interpessoal/autoprovocada Sinan SVS 15.06.2015			

Anexo B: Parecer Consubstanciado- Aprovação do Comitê de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUALIDADE DE VÍNCULOS E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO BRASIL: MAPEAMENTO EPIDEMIOLÓGICO, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Pesquisador: Luísa Fernanda Habigzang

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65608822.2.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.863.373

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2053993.pdf, de 28/11/2022) e/ou do Projeto Detalhado (arquivo.pdf, de 23/11/2022).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos Primários:

Estudo 1

Caracterizar as situações de violência familiar contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos notificadas entre 2018 e 2022 por meio do SINAN em estados das cinco regiões do país, sendo eles Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Estudo 2

Mapear e investigar fatores individuais, sociodemográficos e familiares associados aos diferentes

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.863.373

tipos de
violência intrafamiliar.

Estudo 3

Objetivo da Pesquisa:

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

90.619 Conhecer as boas práticas para a prevenção da violência intrafamiliar executadas no território brasileiro.

Estudo 4

Desenvolver e avaliar uma tecnologia de capacitação para atuação de profissionais da saúde e assistência social que atuam em casos de violência

contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no contexto familiar. A capacitação será destinada aos profissionais dos seguintes estados:

Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Estudo 2. Desconforto ao recordar de possíveis experiências de violência na família. Estudos 3 e 4. Tempo despendido para participar da entrevista e da capacitação.

Benefícios:

Compreensão de fatores de risco e de proteção associados a experiência de violência na família com objetivo de subsidiar políticas públicas efetivas para prevenção e enfrentamento ao problema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os fatores de risco e de proteção relacionados à violência no contexto familiar contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos em estados das cinco regiões do país, sendo eles: Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@puccrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.863.373

tanto, foram estruturados quatro estudos: 1) "Caracterização da violência familiar a partir da análise de casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)"; 2) "Mapeamento e investigação de fatores individuais, sociodemográficos e familiares da violência intrafamiliar"; 3) "Mapeamento de boas práticas para prevenção de violência intrafamiliar"; 4) "Desenvolvimento e avaliação de tecnologia de capacitação para profissionais da saúde e assistência social que atuam em casos de violência familiar". O mapeamento dos fatores de risco e de proteção permitirá estabelecer um modelo preditivo para violência familiar e, com base em evidências científicas, subsidiar políticas públicas para enfrentamento do problema, considerando especificidades regionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados. A pendência foi respondida conforme solicitado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conforme solicitado no parecer nº 5.796.701, sobre a apreciação do projeto de pesquisa:

"QUALIDADE DE VÍNCULOS E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO BRASIL: MAPEAMENTO EPIDEMIOLÓGICO, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL" (CAAE: 65608822.2.0000.5336), estamos encaminhando o projeto revisado cep com inclusão de informação sobre confidencialidade dos dados no estudo 1 e os TCLEs dos estudos II, III e IV com as correções sugeridas e alterações destacadas para nova apreciação. Os novos documentos são os seguintes:

TCLE estudo II rev

TCLE estudo III rev

TCLE estudo IV ver

Projeto edital família e políticas públicas rev cep

Conforme solicitação do relator quando indicou que deveríamos "Citar 'os riscos' do estudo

1 (pode haver quebra de confidencialidade ao manusear os dados pessoais)", além da alteração feita no próprio projeto, destacada em cor de fonte vermelha, incluímos, na página seguinte, print do banco de dados do qual serão extraídos os dados para a pesquisa de forma a ilustrar que não há especificação de nomes e que as informações estão dispostas em conjunto e assim serão analisadas, não havendo possibilidade de identificação pessoal. Os TCLE foram revisados conforme

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@puccrs.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 5.863.373

modelo que consta no site do CEP e ajustados conforme coleta online e características de cada estudo.

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e CNS nº 510 adequações indicadas nos itens: "Considerações sobre os

Termos de apresentação obrigatória " e "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

foram respondidas e aprovadas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2053993.pdf	19/12/2022 16:59:45		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEstudoIV_rev.pdf	19/12/2022 16:59:03	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEstudoIII_rev.pdf	19/12/2022 16:58:45	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEstudoII_rev.pdf	19/12/2022 16:58:24	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	projetoeditafamiliasepoliticaspUBLICASrev cep.pdf	19/12/2022 16:55:51	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	cartarespostapendencias.pdf	19/12/2022 16:54:56	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	28/11/2022 15:56:24	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	informacoesequipapesquisalinklattes.pdf	28/11/2022 15:50:48	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	cartaapresentacao.pdf	28/11/2022 15:49:22	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Declaração de concordância	cartaanuencia.pdf	28/11/2022 15:48:50	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Declaração de Pesquisadores	cartaresponsabilidade.pdf	28/11/2022 15:48:26	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	Oficiocapes.pdf	23/11/2022	Luísa Fernanda	Aceito

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 5.863.373

Outros	Oficiocapes.pdf	16:01:36	Habigzang	Aceito
Outros	CartadeAprovacaodaComissaoCientifica.pdf	23/11/2022 15:59:31	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DocumentoUnificado.pdf	23/11/2022 15:58:48	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoIV.pdf	23/11/2022 15:54:56	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoIII.pdf	23/11/2022 15:54:38	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoII.pdf	23/11/2022 15:54:23	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	23/11/2022 15:51:50	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 25 de Janeiro de 2023

**Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador(a))**

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puccs.br